

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiárias: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

| | |
|---|----|
| Desafios para superar a pobreza no campo. Albino Oliveira. Site do MDA. 01/12/2015..... | 6 |
| Extrema pobreza reduz 65,2% no meio rural. Site do MDS, Publicado em 01/12/2015..... | 7 |
| Tereza Campello: “No meio rural, a transformação é mais visível”. Site do MDS, Publicado em 01/12/2015..... | 8 |
| Cassandra Nunes assume secretaria do MMA. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 01/12/2015..... | 9 |
| Coamo antecipa distribuição de R\$ 97 milhões em sobras. Mariana Caetano – Valor Econômico. 01/12/2015..... | 9 |
| Criada nova comissão consultiva do seguro rural – MAPA. 01/12/2015..... | 9 |
| Conab contratou leilão para remoção de 5,32 mil toneladas de milho – CONAB. 02/12/2015..... | 10 |
| CNA discute peso da energia elétrica como insumo para aquicultura e custo de produção – CNA. 02/12/2015..... | 10 |
| Índice global de preços dos alimentos cai 1,6% em novembro, diz FAO. Bettina Barros – Valor Econômico. 03/12/2015..... | 11 |
| Chuvas contínuas prejudicam produtores de culturas de inverno da Região Sul do Brasil – CNA. 03/12/2015..... | 12 |
| Produtores de Cachaça defendem volta do "Simples" – CNA. 03/12/2015..... | 13 |
| Mapa promoverá congresso sobre agricultura de precisão em 2016 – MAPA. 03/12/2015..... | 13 |
| Mudança na presidência da Ceagesp. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 03/12/2015..... | 14 |
| FAEA é homenageada pelos 61 anos de sua fundação na ALE-AM- CNA. 03/12/2015..... | 15 |
| Crise dificulta o repasse de preço pela indústria de café. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/12/2015..... | 16 |
| Em busca de sócio, Fiagril negocia com Bunge. Mariana Caetano e Bettina Barros – Valor Econômico. 04/12/2015..... | 18 |
| Com objetivo de tirar dúvidas sobre o CAR/MS, Sistema FAMASUL lança o Radar Ambiental – CNA. 04/12/2015..... | 19 |
| Mapa capacita fiscais agropecuários que atuam em frigoríficos exportadores – MAPA. 04/12/2015..... | 19 |
| JBS nega ser responsável por formol encontrado em carne da Friboi. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/12/2015..... | 20 |

| | |
|---|----|
| Sistema FARSUL recebe um dos maiores pesquisadores da pecuária mundial – CNA. 01/12/2015. | 20 |
| Tereza Campello: “O Brasil não parou e não vai parar com o apoio dos programas sociais”. Site do MDS, Publicado em 07/12/2015 | 21 |
| Projeto Campo Futuro vai fazer levantamento de custos de produção de leite em Sergipe – CNA. 07/12/2015. | 22 |
| Mineração: o banqueiro predador e o sonho dos assentados. Site do MST. 08/12/2015..... | 23 |
| Deral reduz novamente estimativa de produção de trigo no Paraná. Fabiana Batista – Valor Econômico. 08/12/2015..... | 27 |
| Membros da Câmara Setorial de Leite e Derivados do Mapa indicam Rodrigo Alvim para presidência – CNA. 08/12/2015. | 27 |
| Demanda doméstica por etanol começou a recuar. Fabiana Batista – Valor Econômico. 09/12/2015..... | 28 |
| Ministra debate com deputados e senadores prorrogação da dívida de produtores do Nordeste – MAPA. 9/12/2015. | 29 |
| Presidente da CNA quer solução definitiva para os débitos dos produtores rurais do Nordeste afetados pela seca – CNA. 09/12/2015. | 30 |
| Ministério tenta garantir R\$ 750 milhões ao seguro em 2016. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 09/12/2015..... | 30 |
| Presidente da CNA defende que produtor tenha participação direta na discussão de uma nova política agrícola – CNA. 09/12/2015. | 31 |
| Mulheres de todo o país debatem assistência técnica rural. Site do MDA. 10/12/2015 | 31 |
| Oficina pioneira qualifica a produção familiar para o mercado internacional. Gabriella Bontempo. Site do MDA, quinta-feira, 10 Dezembro, 2015..... | 33 |
| Pela cultura exportadora do agronegócio, CNA recebe homenagem da Apex – CNA. 11/12/2015. | 34 |
| Kátia Abreu se reúne com Fazenda para discutir prorrogação da dívida de produtores nordestinos – MAPA. 11/12/2015. | 35 |
| Mapa pretende alcançar R\$ 1 bilhão para o seguro rural em 2016 – MAPA. 15/12/2015. | 35 |
| Melhoria na qualidade do gasto público gerou economia de R\$ 370 mi ao Mapa – MAPA. 15/12/2015. | 36 |
| Luis Eduardo Pacifici Rangel é o novo Secretário de Defesa Agropecuária – MAPA. 15/12/2015. | 37 |
| A vez dos grãos na pecuária do Brasil – Valor Econômico. 15/12/2015. | 37 |
| Usinas de cana da Noble fazem acordo com MPT – Valor Econômico. 16/12/2015. | 38 |

| | |
|---|-----------|
| CNA considera retrocesso mudanças no Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural para o Triênio 2016/2018 – CNA. 16/12/2015..... | 38 |
| Refrigerantes e refrescos podem ter mistura de açúcar e adoçante – MAPA. 17/12/2015..... | 39 |
| Comissão Mista de Orçamento aumenta em 110% recursos para seguro rural em 2016 – MAPA. 17/12/2015. | 40 |
| Ministra da Agricultura promove assessor cuja nomeação causou polêmica. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 17/12/2015..... | 40 |
| Intempéries no RS prejudicam safra de pêssego. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 17/12/2015..... | 41 |
| FAEG organiza missão técnica para fruticultores em 2016 – CNA. 17/12/2015. ... | 42 |
| Nova era para Assistência Técnica e Extensão Rural. Site do MDA. 17/12/2015 ... | 42 |
| Mais inovação na agricultura familiar. Tássia Navarro. Site do MDA. 17/12/2015..... | 44 |
| Agricultores familiares vendem produtos para Forças Armadas. Site do MDS, Publicado em 17/12/2015 | 46 |
| PAA: agricultores familiares recebem R\$ 25,4 milhões em dezembro. Site do MDS, Publicado em 18/12/2015 | 47 |
| Obras na Estação de Cananéia receberão mais R\$ 2 milhões- MAPA. 18/12/2015.47 | 47 |
| Clima adverso elevou preços de frutas e hortaliças em novembro – Valor Econômico. 18/12/2015..... | 48 |
| Eventos climáticos elevam os preços de frutas e hortaliças – CONAB. 18/12/2015.49 | 49 |
| Principal praga da atividade cafeeira, Broca do Café é tema Audiência Pública na Câmara dos Deputados – CNA. 18/12/2015. | 50 |
| Propostas de mudanças na Lei de Proteção de Cultivares restringe uso de sementes por apenas uma safra – CNA. 18/12/2015. | 50 |
| CNA comemora desconto de bandeira vermelha para aquicultores e irrigantes – CNA.18/12/2015. | 51 |
| Do exterior, país é visto como uma potência – Valor Econômico. 21/12/2015. | 52 |
| Maior na região Norte, apagão portuário está longe de acabar. Carmen Nery – Valor Econômico. 21/12/2015..... | 53 |
| Mentes inovadoras estão no radar do setor – Valor Econômico. 21/12/2015..... | 54 |
| Empresa iniciante deve buscar perfil exportador – Valor Econômico. 21/12/2015. 55 | 55 |
| Complexidade tributária impede avanços – Valor Econômico. 21/12/2015..... | 56 |
| Juiz aprova saída do Frigol da recuperação judicial. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 21/12/2015..... | 56 |
| Universidade gaúcha compra alimentos da agricultura familiar. Site do MDS, Publicado em 22/12/2015 | 57 |

| | |
|--|----|
| Estados inadimplentes poderão receber verba para defesa agropecuária – MAPA. 22/12/2015..... | 58 |
| Seca ameaça oferta de cacau na Bahia. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 23/12/2015..... | 59 |
| Chuvas irregulares atrasam o plantio de soja no "Matopiba". Mariana Caetano - Valor Econômico. 23/12/2015..... | 60 |
| Preço médio do leite ao produtor tem ligeira alta em dezembro. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 28/12/2015. | 61 |
| Plano de armazenagem da Conab encolhe. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 21/12/2015..... | 61 |
| Fiscais resgataram quase mil de trabalho escravo em 2015. Julia Affonso – Jornal O Estado de São Paulo. 28/12/2015 | 63 |
| Ativista é morto após pedir proteção federal. Jamil Chade – Jornal O Estado de São Paulo. 29/12/2015..... | 64 |
| Reajuste do mínimo deve ter impacto de R\$ 26,9 bi no custo da Previdência, aponta Dieese. André Ítalo Rocha – Jornal O Estado de São Paulo. 30/12/2015 | 66 |
| MP suspende prazo para cobrança de dívida de produtor rural no NE. Vandson Lima – Valor Econômico. 31/12/2015. | 66 |

Desafios para superar a pobreza no campo. Albino Oliveira. Site do MDA. 01/12/2015

Lançamento do Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, número 23 - A Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo

O resultado das políticas públicas implementadas desde 2003 pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi apresentado na manhã desta terça-feira (1), em Brasília.

O resumo dessas ações está no Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, número 23 - A Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo.

Na cerimônia de lançamento da publicação, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, destacou a importância da publicação.

“Há um Brasil que é vivo. Estamos caminhando e temos que ter coragem para continuar. Uma obra como essa cumpre um papel essencial. O fundamental agora é não retrocedermos”, afirmou.

Na avaliação da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, o caderno retrata a difícil, mas bem sucedida, caminhada, além de mostrar que ainda existem desafios.

“Nós tínhamos a missão de trabalhar em escala, fazer muito com populações isoladas, que se encontravam em situação de insegurança alimentar, mesmo estando em cima da terra e plantando. Nós fomos capazes de transformar o Brasil. Quem viaja hoje para o semiárido não vê mais aquele cenário. O Brasil é outro por conta das nossas políticas e para continuar transformando temos que nos basear nesse novo Brasil, continuar inventando e inovando”, ressaltou.

Para o diretor da Organização das Nações Unidas (ONU), Daniel Balaban, o Brasil deu importantes passos nos últimos anos e que mais sucesso em políticas sociais.

“O Brasil é um caso de sucesso. Não é atoa que vários países batem a nossa porta querendo ver e conhecer como funciona, saber detalhes dos programas sociais brasileiros”, destacou.

O Caderno

No estudo aparecem políticas que estão em curso no meio rural brasileiro como a construção de cisternas, o microcrédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Caderno de Estudos é formado por artigos escritos por gestores de políticas públicas do Governo Federal que participaram ativamente da construção e implementação de um conjunto de ações do eixo de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Para o secretário extraordinário para Superação da Extrema Pobreza do MDS, Tiago Falcão, a publicação é um relato aprofundado das experiências em campo.

“Os resultados são muito positivos e o caderno aprofunda várias das nossas experiências de documentação de como foi a trajetória, como chegamos até aqui”, explicou.

Extrema pobreza reduz 65,2% no meio rural. Site do MDS, Publicado em 01/12/2015

Caderno de Estudos “Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo”, lançado nesta terça-feira (1º), apresenta as estratégias que contribuíram para essa mudança

Brasília – Historicamente, as famílias na área rural foram as que mais sofreram com a pobreza e a extrema pobreza no Brasil. Desde 2003, com as políticas desenvolvidas em um primeiro momento para combater a fome e as implantadas posteriormente para a superação da miséria, esta realidade vêm mudando. Entre 2002 e 2014, a extrema pobreza na área rural caiu 65,2% e a pobreza teve uma redução de 58,7%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, divulgada neste mês pelo IBGE.

As estratégias, políticas, programas e ações que contribuíram para essa mudança estão registradas no Caderno de Estudos Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo, lançado nesta terça-feira (1º). Segundo o estudo, “a melhoria da renda das famílias do campo foi um dos principais resultados da chegada das ações do Brasil Sem Miséria aos mais pobres: de 2011 a 2014 a renda dos extremamente pobres subiu 88% e se expandirmos o público para a população em situação de pobreza, com renda de até R\$ 154 per capita, o aumento verificado no mesmo período foi de 74%.”

A publicação ainda traz dados importantes sobre as ações de estruturação produtiva no campo, as que mais chegaram aos produtores mais pobres. “Foram atendidos com, pelo menos, uma das ações do rural, 1,8 milhão de famílias de agricultores familiares e 380 mil famílias de assentados da reforma agrária”, conforme está destacado no Caderno.

Desde 2003, um conjunto de políticas públicas para combater a pobreza e a extrema pobreza na área rural foi implantado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cisternas. Com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, foi realizada uma organização estratégica das ações do governo federal para que esses instrumentos tivessem sua efetividade ampliada, além da criação de novas políticas. Além do acesso à renda, garantido pelo Bolsa Família, o plano deu maior visibilidade à inclusão produtiva das famílias que moram no campo, com ações que incluem o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que garante assistência técnica e recursos não reembolsáveis aos agricultores familiares; o próprio PAA, o Água para Todos, o Luz para Todos e o Bolsa Verde, também voltados para assentados da reforma agrária, acampados e povos e comunidades tradicionais.

“A publicação serve de registro das experiências do Plano Brasil Sem Miséria. É importante que você possa tornar público e democratizar o acesso às informações do que o governo federal faz para servir como referência, seja para estudantes, seja para a Academia ou para gestores públicos que queiram ter acesso a esse tipo de dado”, observa a diretora de Gestão e Acompanhamento do MDS, Janine Mello, que organizou a publicação.

Além do MDS e do MDA, participam das ações do Plano Brasil Sem Miséria os ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, de Minas e Energia e as entidades Codevasf, Conab, DNOCS, Embrapa, FBB, Funasa, Incra, ICMBio, Petrobras e BNDES.

Tereza Campello: “No meio rural, a transformação é mais visível”. Site do MDS, Publicado em 01/12/2015

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome participou do lançamento do Caderno de Estudos sobre resultados da inclusão produtiva rural a partir do Brasil Sem Miséria

Brasília – As ações de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, como o Programa Cisternas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Fomento às Atividades Rurais, modificaram a face do campo no país nos últimos anos. “No meio rural, a transformação é muito mais visível”, afirmou nesta terça-feira (1º) a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Ela participou do lançamento do Caderno de Estudos A Inclusão Produtiva Rural no Brasil Sem Miséria: O Desafio da Superação da Pobreza no Campo, em Brasília.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, divulgada neste mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a extrema pobreza na área rural caiu 65,2% e a pobreza teve uma redução de 58,7% entre 2002 e 2014. Segundo Tereza Campello, há outros resultados que devem também ser comemorados. “As crianças deixaram de morrer, não tivemos êxodo rural como tivemos em secas muito menores do que esta que o semiárido está vivendo agora. Esses são os verdadeiros resultados.”

A ministra destacou que o sucesso das políticas voltadas para a população rural do Plano Brasil Sem Miséria se deve à parceria com outros ministérios, como o do Desenvolvimento Agrário, para realizar diagnósticos conjuntos e trabalhar em escala. “Nós fomos capazes de transformar o Brasil com nossas políticas públicas. Temos a obrigação de continuar inovando”, explicou. “Melhorando as condições de vida e de produção no campo, também é bom para a cidade. O aumento a produção de alimentos também nos apoiaram a sair do Mapa da Fome.”

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, reforçou que, ao visitar assentamentos pelo interior do país, é perceptível o poder das políticas públicas para a população mais pobre. “Há um Brasil que é vivo. Há uma outra realidade que ocorre no país”, contou. Segundo Ananias, para avançar, é necessário não retroceder nos avanços sociais conquistados. E os desafios estão em promover condições dignas de moradia em assentamentos, fortalecer o cooperativismo na agricultura familiar e estimular a agroecologia e o beneficiamento dos produtos por meio de agroindústrias para agregar valor aos alimentos.

As políticas públicas brasileiras, no campo e na cidade, dão resultados visíveis e servem de incentivo para outros países do mundo, como destacou o diretor do Centro de Excelência contra a Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Daniel Balaban. “O Cadastro Único, por exemplo, já está sendo utilizado por cerca de 30 países”, apontou. Ele lembrou também que a ONU, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estipulou o desafio fome zero até 2030, baseada no caso do Brasil. “Não

existe milagre. Hoje o Brasil construiu políticas sociais como retorno significativos e elas vieram para serem continuadas, consolidadas."

Cassandra Nunes assume secretaria do MMA. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 01/12/2015

Segundo ela, a questão dos recursos hídricos é o tema urbano e ambiental mais importante dos tempos atuais

A geóloga paulista Cassandra Maroni Nunes, 59 anos, é a nova titular da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). A nomeação está publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (01/12), e preenche o cargo que estava ocupado interinamente pelo analista Marcelo Jorge Medeiros. “Compôr essa competente e aguerrida equipe do Ministério do Meio Ambiente, sob o seguro e competente comando da ministra Izabella Teixeira é uma oportunidade ímpar na minha vida profissional”, declarou nova a secretária. Segundo ela, a questão dos recursos hídricos é o tema urbano e ambiental mais importante dos tempos atuais no Brasil e, aliado a isso, focar em políticas que levem a melhoria e a qualidade de vida nas cidades é o melhor desafio.

Cassandra Maroni Nunes deixou, em novembro passado, o comando da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento, cargo que exerceu desde fevereiro de 2013. Especialista na área de prevenção de desastres naturais, a nova secretária foi, também, vereadora, por quatro mandatos consecutivos, na Câmara Municipal de Santos (1997 a 2012). Atuou em defesa do direito à habitação de interesse social para famílias de baixa renda, do planejamento da cidade e da fiscalização dos atos do Executivo local.

Coamo antecipa distribuição de R\$ 97 milhões em sobras. Mariana Caetano – Valor Econômico. 01/12/2015.

A Coamo, maior cooperativa agrícola da América Latina, com sede em Campo Mourão (PR), anunciou que mais uma vez pagará sobras — que correspondem ao lucro das cooperativas — antecipadamente. Neste ano, serão distribuídos R\$ 97 milhões de forma adiantada aos cooperados, 33% acima dos R\$ 73 milhões do ano passado.

O valor refere-se a uma parcela do total das sobras, que devem ser destinadas aos cooperados no primeiro trimestre do ano que vem, quando a Coamo divulgará seus resultados do exercício de 2015. Em 2014, a Coamo distribuiu sobras de R\$ 258,7 milhões, aumento de 11% em relação aos R\$ 233 milhões do ano anterior.

O adiantamento das sobras da cooperativa deve ser pago em 7 de dezembro de forma simultânea em todas as unidades da cooperativa no Paraná, em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Criada nova comissão consultiva do seguro rural – MAPA. 01/12/2015.

Para dar continuidade ao aprimoramento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), foi criada a Comissão Consultiva de Agentes. Ela vai auxiliar os trabalhos do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) sobre temas relativos ao seguro rural.

Segundo o diretor de Crédito, Recursos e Riscos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Vitor Ozaki, a nova comissão será um canal de comunicação entre o governo e os agentes do mercado de seguro. “A comissão permitirá a obtenção de informações, experiências e sugestões que contribuirão para o aperfeiçoamento do seguro rural, disse Ozaki.

Caberá a comissão analisar e estudar as condições técnicas e operacionais específicas para a implementação e operacionalização do seguro rural como instrumento de política agrícola. Ela será composta por três representantes dos produtores rurais, dois de federações de agricultura, dois do mercado de seguros (seguradoras e resseguradoras) e um de instituições de ensino e pesquisa na área de seguro rural.

No último dia 18, o CGSR criou a Comissão Consultiva de Entes Federativos, com a participação de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Esses estados já têm programas de subvenção complementares ao PSR.

O comitê gestor interministerial é composto pelos representantes dos ministérios da Agricultura, Fazenda, do Planejamento e Desenvolvimento Agrário e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A Resolução nº 43, do CGSR, que institui a Comissão Consultiva de Agentes do PSR, foi publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (1º).

Conab contratou leilão para remoção de 5,32 mil toneladas de milho – CONAB. 02/12/2015.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou, nesta quarta-feira (02), no período da manhã, dois leilões para contratação de frete para a remoção de milho vinculado aos estoques de Contrato de Opção. O serviço contratado será para o transporte de 5,32 mil toneladas do grão.

O milho está armazenado no Mato Grosso e os estados de destino são: Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia e Rio Grande do Sul. O valor total da operação foi de R\$ 1.45 mi.

CNA discute peso da energia elétrica como insumo para aquicultura e custo de produção – CNA. 02/12/2015.

Brasília (02/12/15) – Produtores rurais irrigantes de todo o Brasil e da cadeia aquícola avaliam os impactos do aumento do custo com energia elétrica em função da cobrança da bandeira tarifária e de outros reajustes adotados desde o início deste ano. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), houve um acréscimo de 130% nas contas de energia dos agricultores irrigantes desde 2012 e 30% nas contas dos aquícultores. Os possíveis resultados dos crescentes aumentos na cobrança de energia elétrica aplicada à propriedade rural vão desde a redução da área plantada até o impacto no custo de produção foram apresentados pelo coordenador de Sustentabilidade da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Nelson Ananias, durante reunião da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA, na sexta-feira, dia 27/11.

De acordo com o coordenador, os três fatores que mais influenciam na produção de alimentos são: utilização de variedades melhoradas, que corresponde a 21%; expansão da fronteira agrícola, com 20%, e intensificação do uso de insumos agropecuários e irrigação, com 59%. “Hoje o Brasil tem uma área irrigada de 6 milhões de hectares. No entanto, tem áreas potencialmente irrigáveis de 47 milhões de hectares”, observou.

No Brasil, segundo dados do Censo 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o sistema de cultivo mais utilizado é o sequeiro (plântio no período chuvoso). Hoje são mais de 47,5 milhões de hectares de área colhida. O que representa um valor bruto da produção em R\$ 77,55 bilhões. O valor por hectare da área custa R\$ 1.632,57.

O sistema irrigado, (técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da plantação), tem apenas 5,6 milhões de hectares de área colhida, com R\$ 19,59 bilhões no VBP e R\$ 4.278,86 o valor do hectare. “Apesar da área de sequeiro ser maior, o sistema irrigado tem potencial para crescer em 47 milhões de hectares, gerando um VBP de 152 bilhões de reais. A área irrigada gera 110% mais valor bruto da produção que a sequeiro”, comentou Nelson Ananias.

Para o coordenador, a agricultura irrigada é de extrema importância para o Brasil e para mundo, principalmente considerando que o nosso país será um dos maiores produtores de alimentos no futuro, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Para a entidade, será necessário aumentar a produção de alimentos em 70% até 2050, período em que a população mundial ganhará mais 2,3 bilhões de habitantes. “Temos área, insolação e água. Só precisamos coordenar o uso eficiente destes fatores, possibilitando a duplicação da área irrigada nos próximos 10 anos, fazendo frente ao desafio de se produzir mais no mesmo espaço e possibilitando um crescimento estimado de R\$ 17,5 bilhões no valor bruto da produção (VBP) do setor”, finalizou.

Índice global de preços dos alimentos cai 1,6% em novembro, diz FAO. Bettina Barros – Valor Econômico. 03/12/2015.

SÃO PAULO - Os preços internacionais dos alimentos recuaram ao longo do mês passado, graças aos altos estoques das principais commodities agrícolas, informou a FAO, a agência para Agricultura e Alimento da ONU, nesta manhã.

O índice compilado mensalmente pela entidade, que reúne os preços de uma ampla cesta de produtos, registrou queda de 1,6% em novembro frente a outubro, para 156,7 pontos. A queda ocorre depois de dois meses de alta do indicador e foi puxada sobretudo pelos cereais. A boa safra americana deste ano ajudou a impulsionar para baixo o indicador, que recuou 2,3% no mês.

Conforme a FAO, os preços mais baixos de energia e as boas condições de plântio de soja nas Américas do Norte e do Sul ajudaram também a reduzir em 3,1% os preços dos óleos vegetais, outro item importante na dieta humana. Lácteos também recuaram 2,9%, o que sugere que os importadores estão adequando estoques. Carnes também tiveram desvalorização de 2,6% na comparação mês a mês.

Apenas o açúcar caminhou na contramão, subindo pelo terceiro mês consecutivo, desta vez a 4,6%, a maior alta desde fevereiro.

O levantamento mensal da FAO aponta para uma produção total mundial de cerca de 2,53 bilhões de toneladas de cereais neste ano, apenas 1,3% a menos que o volume recorde colhido em 2014.

Embora a produção deva ser atingida em partes da Ásia, África e América Central devido ao tempo mais seco, a demanda deverá ser atendida pelos estoques confortáveis de cereais, diz a FAO.

Chuvas contínuas prejudicam produtores de culturas de inverno da Região Sul do Brasil – CNA. 03/12/2015.

Brasília (03/12/15) – Os agricultores do Sul do país estão preocupados com as lavouras de trigo. A geada ocorrida em meados de agosto e o excesso de chuvas nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro prejudicaram drasticamente a qualidade e a produtividades das lavouras de trigo em todas as regiões, trazendo grandes prejuízos aos produtores.

Nas regiões produtoras, o preço da commodity já é 40% maior do que na safra 2014/2015. Ao que tudo indica, a demanda interna excedente voltará a ser atendida pelo Mercosul, visto que o País consome cerca de 11 milhões de toneladas do cereal e deverá produzir aproximadamente seis milhões. Essa é a conclusão dos participantes da reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que ocorreu na tarde desta quarta-feira (02/12), em Brasília.

Segundo o presidente da Comissão de Trigo da Federação de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (FARSUL), Hamilton Jardim, o estado não colherá nem 1,5 milhão de toneladas nesta safra. “A qualidade está ruim e a produtividade foi muito baixa em razão do clima, pois choveu no plantio, no meio da safra geou e choveu na colheita”, frisou. Jardim comentou que aproximadamente 60% da safra do trigo gaúcho será para a produção de ração, devido à baixa qualidade. “Foi um momento ruim para o produtor. Ele investiu dinheiro em tecnologia, semente, insumos e as chuvas não deixaram colher o necessário para cobrir os investimentos e ter lucratividade”.

Para o presidente da Comissão, são necessárias medidas governamentais consistentes para a próxima safra. Caso contrário, ressaltou Hamilton Jardim, os produtores deixarão de plantar trigo. “É preciso um seguro eficaz. O produtor que não colhe não consegue pagar as contas. Os agricultores estão desestimulados e preocupados. E, infelizmente, no inverno eles não têm outra opção a não se plantar trigo”.

De acordo com o assessor técnico da Comissão Nacional de Trigo, Cereais e Oleaginosas da CNA, Alan Malinski, o clima vem prejudicando a safra de inverno da região Sul. Os estados do RS e SC terão perdas significativas com os cereais de inverno pelo segundo ano consecutivo. Especificamente neste ano, os problemas foram agravados devido à falta de um sistema de seguro eficaz e os produtores tiveram que assumir todo o prejuízo. Este cenário negativo para a cultura do trigo está desestimulando o produtor que deverá diminuir ainda mais a área para a próxima safra.

Produtores de Cachaça defendem volta do "Simples" – CNA. 03/12/2015.

Brasília (03/12/2015) – Depois de mais de 15 anos de espera, o segmento da cachaça vive a expectativa de voltar a aderir ao Simples, imposto que simplifica a cobrança tributária de micro e pequenas empresas, que representam hoje 99% da produção da bebida. A proposta, que tramita no Congresso Nacional, tem o apoio do setor e, além de reduzir a carga tributária, visa tirar a maioria das indústrias da informalidade, que atinge 85% dos produtores.

O tema foi discutido nesta quarta-feira, (2/12), na última reunião do ano da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília (DF). “É uma alternativa que temos para estimular e formalizar a produção para dar mais competitividade ao setor”, disse Múcio Fernandes, representante da CNA no colegiado.

Uma das justificativas do setor é a alta carga tributária em cima da bebida. “Hoje, 81% do preço da cachaça correspondem a tributos”, explicou Carlos Lima, diretor executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac). Para a presidente da Câmara Setorial, Margareth Rezende, o Simples vai permitir a recuperação de muitas empresas que produzem a bebida. O Simples foi retirado do setor em 2000 e desde então as indústrias convivem com a alta carga tributária.

Indicação geográfica – Outro tema da reunião foi a questão da indicação geográfica, que confere a um produto a procedência e as características de determinada região, agregando valor e ajudando na valorização. No caso da cachaça, o setor discute com o governo a criação de um conselho regulador para operacionalizar o registro de indicação para várias marcas da bebida. “Quem quiser produzir uma cachaça e ter seu produto reconhecido deve seguir as regras criadas por esse conselho”, afirmou Margareth Rezende.

Mapa promoverá congresso sobre agricultura de precisão em 2016 – MAPA. 03/12/2015.

Uso desse conjunto de técnicas pode aumentar em até 67% rendimento da produção rural, diz chefe de mecanização e aviação agrícola do ministério.

Um conjunto de ferramentas e tecnologias que possibilita ao produtor conhecer toda a área para cultivo de maneira mais completa e que pode ajudar a aumentar o rendimento em até 67%. Essa é a denominada agricultura de precisão (AP). O coordenador-geral de Tecnologia, Inovação e Recursos Genéticos do Mapa, Fabrício Vieira Juntolli, explica como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) utiliza da AP para o benefício da agricultura brasileira.

Segundo ele, a AP compõe um sistema de gerenciamento agrícola baseado na variabilidade espacial e temporal da unidade produtiva e permite uma exploração mais racional dos sistemas produtivos, levando à otimização do uso dos insumos, ao aumento da lucratividade e da sustentabilidade e à minimização dos impactos ambientais. No Brasil, a AP foi introduzida no início dos anos 90, por meio da utilização de máquinas

agrícolas com receptores GNSS (Global Navigation Satellite System), computadores de bordo e sistemas que possibilitavam a geração de mapas de produtividade. Os estados que mais usam a AP atualmente são Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

Qual é a importância da AP para o agronegócio brasileiro?

Fabrizio Vieira Juntolli – Esse sistema permite a utilização de estratégias para resolver os problemas de desuniformidade nas lavouras. São práticas que podem ser desenvolvidas em diferentes níveis de complexidade e com finalidades distintas. Conseqüentemente, com esta tecnologia, torna-se possível a disponibilização de grande quantidade de dados específicos da cultura, que podem subsidiar a tomada de decisões e reduzir a incerteza do negócio.

Este é um diferencial importante para garantir a competitividade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro, uma vez que estudos informam que a combinação destas tecnologias agrícolas pode aumentar o rendimento global das lavouras em até 67%.

Como a agricultura de precisão é utilizada na prática?

Fabrizio Vieira Juntolli – A AP está sendo utilizada principalmente nas culturas de milho, soja, café, cana, feijão. Além disso, também é utilizada na fruticultura, na pecuária de precisão e na irrigação de precisão. No Brasil, as soluções existentes estão mais focadas na aplicação de fertilizantes e corretivos em taxa variável, porém não se pode esquecer que AP é um sistema de gestão que considera as lavouras em todos os seus aspectos: produtividade, solo (características físicas, químicas, compactação etc), infestação de ervas daninhas, doenças e pragas. Assim, quanto maior a quantidade de dados coletados, mais acertado será o diagnóstico sobre a variabilidade presente nas lavouras analisadas. Dessa forma, a AP permite ao pequeno, médio e grande produtor rural a gestão de sua propriedade, na utilização dos insumos, na hora certa, no local adequado e na quantidade correta, promovendo o aumento da produtividade e sustentabilidade.

O que o Mapa tem feito para desenvolver a AP?

Fabrizio Vieira Juntolli – Desde 2012, o Mapa conta com a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão. Em novembro deste ano, a comissão se reuniu com representantes das empresas de máquinas, equipamentos, pesquisadores, representantes das cooperativas e dos produtores para debater a criação da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), isto é, a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para profissionais da área de AP. A comissão começou a organizar o Congresso Brasileiro de Agricultura de Precisão para outubro de 2016. O evento será realizado com apoio oficial do Mapa. Outra ação importante que o Mapa está acompanhando é criação do Laboratório de Agricultura de Precisão da Embrapa.

Mudança na presidência da Ceagesp. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 03/12/2015.

A estatal federal Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) passou a ser presidida por Carlos Nabil Ghobril, filiado ao PSD. O Valor apurou que sua nomeação foi uma indicação do ministro das Cidades, Gilberto Kassab. Nabil ocupa o

cargo desde sexta-feira e já tem reunião marcada com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, para discutir mudanças de endereço e de modelo de gestão do entreposto.

O novo presidente da Ceagesp substituiu o petista Mário Maurici, que comandou a estatal por seis anos e foi exonerado em outubro para assumir a vice-presidência de relacionamento e gestão da EBC.

Até terça-feira, Nabil mantinha vínculo de pesquisador no Instituto de Economia Agrícola (IEA), vinculado ao governo paulista. O pesquisador está no IEA desde 1994, com foco em produção e estatísticas. Entre 2011 e 2013, foi chefe de gabinete de Guilherme Afif Domingos quando este foi vice-governador de São Paulo.

FAEA é homenageada pelos 61 anos de sua fundação na ALE-AM- CNA. 03/12/2015.

Manaus / Amazônia (03 de dezembro de 2015) - A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA) recebeu uma homenagem na terça-feira (1º) na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM), pela passagem dos 61 anos de sua fundação. Proposta pela deputada estadual Alessandra Campelo (PC do B), a sessão especial pontificou a importância do setor primário para o desenvolvimento econômico do Amazonas, lembrando que cada vez mais atenção deve ser dispensada ao produtor rural do Estado.

“Não poderia me furtar a propor uma sessão especial em Homenagem à FAEA e o farei todos os anos em que estiver nessa casa”, afirmou a deputada Alessandra Campelo. “Tive uma convivência quando estava na Sepror e percebi a importância da FAEA e do setor primário para o Estado. Aqui no Amazonas, precisamos aproveitar a terra, não desmatar, desenvolver e escoar a produção. É difícil para quem é de fora entender”, disse, ao ressaltar a necessidade de um olhar especial do governo federal para o Amazonas por conta da sazonalidade. “A igualdade só pode existir quando se respeita as diferenças. Muitas vezes é com sacrifício da produção rural, do setor primário, que mantemos essa floresta de pé. E esse custo deve ser pago também pelo País”, afirmou.

Alessandra Campelo parabenizou a atuação de Muni Lourenço frente à presidência da FAEA e anunciou a entrega de uma placa comemorativa pelas inúmeras contribuições da entidade para a agricultura e pecuária do Amazonas. A placa foi entregue ao presidente Muni Lourenço pelo secretário de Estado da Produção Rural, Sidney Leite.

Em seguida, foi realizada a entrega de diplomas de honra ao mérito ao secretário Sidney Leite, ao presidente da FAEA, Muni Lourenço; ao vice-presidente da entidade, José Azevedo, dentre outras personalidades de destaque do setor agropecuário amazonense.

Em seu discurso de agradecimento, o presidente da FAEA, Muni Lourenço, fez questão de lembrar o agricultor e pecuarista amazonense. “Quem está sendo homenageado é o produtor rural do nosso Estado”, disse. “Temos a impressão, com a devida humildade, que a FAEA vem contribuindo para a mobilização dos produtores rurais do nosso Estado. O momento especial e honroso de hoje nos impôs com alegria a olhar para a história da legítima entidade de representação dos produtores amazonenses”, afirmou.

Muni Lourenço lembrou também Eurípedes Ferreira Lins, fundador da FAEA. “Foi um líder ruralista reconhecido além fronteiras do Amazonas, que dedicou toda sua existência

à causa do setor primário e a quem tive a honra de suceder”, declarou. “Ao completar 61 anos, nossa entidade tem muitos motivos para se orgulhar do passado”, concluiu.

Representando o governador do Estado, o secretário Sidney Leite, parabenizou a FAEA pela passagem de 61 anos da FAEA e exaltou os “homens que lutam diariamente no interior do Estado e teimam em ser produtores rurais”. Elogiou também a administração da entidade. “Muni Lourenço é a maior liderança que nós temos hoje no setor do agronegócio amazonense por sua competência e dinamismo”, declarou.

Crise dificulta o repasse de preço pela indústria de café. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 04/12/2015.

Quem gosta de café dificilmente abre mão de sua dose diária. Mas manter esse costume está mais caro este ano, e o cenário não deve mudar tão cedo. Desde o início de 2015 até outubro, os preços do café em pó, torrado e moído subiram 5,83% no varejo, conforme o último Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese. No solúvel, a alta foi de 9,38%. Nos dois casos, abaixo do IPCA de 9,93% do período.

Como em tantos outros produtos, a alta de custos com energia elétrica e mão de obra explica parte do aumento. Mas o clima adverso em regiões produtoras no Brasil, a decisão dos produtores de café do Vietnã de segurarem as exportações e a alta do dólar sobre o real são as principais razões para esse quadro, segundo especialistas e fontes da indústria. Por ora, o aumento dos preços ao consumidor ainda não afetou as vendas, segundo entidades do setor.

Um dos "vilões" que está promovendo o aumento dos preços do café é a espécie conilon, produzida principalmente no Espírito Santo. Desde o início do ano, a matéria-prima teve alta de 30%, conforme o indicador Cepea/Esalq. O conilon também é produzido no Vietnã, que é o maior exportador mundial desse tipo de café, chamado ainda de robusta.

No Brasil, onde a produção alcançou 10,9 milhões de sacas na última safra, a 2015/16, é utilizado em blends de café torrado e moído e pela indústria de café solúvel.

"A indústria de café é grande demandadora de conilon", diz Nathan Herszkowicz, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic). A espécie é misturada a grãos arábica, e estima-se que a demanda nacional da indústria de torrado e moído alcance 7 milhões de sacas por ano.

O conilon é misturado ao arábica porque tem alto rendimento, garante o padrão e dá corpo à bebida. Mas este ano as indústrias do país que usam os grãos em seus blends estão tendo que disputar o café com os clientes do mercado internacional. Isso porque a menor oferta de produto do Vietnã e o câmbio estimularam os embarques brasileiros de conilon. Conforme dados compilados pelo Conselho dos Exportadores de Café (Cecafé), foram embarcadas 3,768 milhões de sacas de conilon de janeiro a outubro, 48% mais do que em igual período de 2014.

Herszkowicz diz que as exportações foram estimuladas pela queda do real, que tornou o produto brasileiro competitivo. Mas mesmo nesse cenário de maiores embarques de conilon "a indústria tem conseguido se suprir de café de acordo com suas necessidades", observa.

O dirigente acrescenta que a "indústria trabalha sem gordura, e está tendo de repassar [as altas da matéria-prima]". No entanto, essa não é uma tarefa fácil. "O repasse é problemático porque o varejo argumenta que o ambiente é de crise", afirma.

Haroldo Bonfá, diretor da Pharos Commodity Risk Management, lembra que as exportações cresceram em decorrência da menor oferta dos vietnamitas no mercado internacional. "O produtor do Vietnã está capitalizado e tem conseguido segurar". Nas últimas semanas, os volumes exportados pelo país asiático aumentaram, mas não a ponto de mudar o cenário das vendas externas brasileiras. "O fato é que se exportou muito e isso pressionou o produtor", avalia Bonfá. " O produtor disse: não tenho todo esse café".

A preocupação com a próxima safra, a 2016/17, de conilon do Espírito Santo e do sul da Bahia também sustenta as cotações do produto, afirma o diretor da Pharos. Segundo ele, essas regiões estão sendo castigadas pela falta de chuvas. No Espírito Santo, onde grande parcela da produção é irrigada, há restrições ao uso de água na agricultura em decorrência das poucas chuvas. Além disso, há receio de que o clima continue seco no período de enchimento dos grãos, que ocorre em dezembro e janeiro no Estado, que é o maior produtor nacional de conilon.

Na Cooperativa dos Cafeicultores de São Gabriel, de São Gabriel da Palha, norte do Espírito Santo, a avaliação é que a "quebra deve ser grande no Estado", uma vez que o déficit hídrico é alto. Na safra que passou, a colheita capixaba somou 7,440 milhões de sacas de conilon.

Outra indústria que utiliza o conilon é a do café solúvel. De acordo com Aguinaldo José de Lima, diretor de relações institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics), "as empresas estão conseguindo comprar para suas necessidades". Mas ele admite que "possa haver algum grau de dificuldade no ano que vem". E acrescenta que há "preocupação com oferta no primeiro semestre". De uma maneira geral, os blends de solúvel têm 80% de conilon e 20% de arábica, mas há também produtos com 100% de conilon ou de arábica, explica Lima.

Embora preocupe as indústrias que precisam fazer repasses em tempos de crise, a alta dos preços do café não afetou o consumo. Pesquisa de mercado da Euromonitor indica que o volume de vendas de café no varejo e no foodservice deve crescer 4,3% este ano no país.

O número previsto surpreendeu a Abic, que previa crescimento de 1% sobre as 20 milhões de sacas consumidas no mercado interno em 2014. "Café é bebida de consumo diário, tanto dentro quanto fora do lar, e é uma bebida barata", argumenta Nathan Herszkowicz, acrescentando que parte dos consumidores "não troca marca, mas busca versões mais baratas".

No caso do café solúvel, a expectativa é de manutenção do consumo doméstico, que equivale a 1 milhão de sacas por ano. "As vendas não foram afetadas pela crise. O solúvel é um produto de valor mais acessível", afirma Lima, representante da Abics.

Em busca de sócio, Fiagril negocia com Bunge. Mariana Caetano e Bettina Barros – Valor Econômico. 04/12/2015.

Mais de um ano depois dos primeiros rumores sobre a venda de uma participação acionária virem à tona, a mato-grossense Fiagril continua em busca de um sócio. A companhia, que fatura cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano e atua como trading e nas áreas de processamento de grãos e revenda de insumos, colocou o banco Rabobank à frente das tratativas. E a americana Bunge, maior exportadora de grãos do Brasil, estaria a caminho de adquirir uma fatia de 40% da empresa, conforme fontes ouvidas pelo Valor.

A procura da Fiagril por um sócio não é novidade. Há pouco mais de um ano, relatos davam conta que a companhia estava em negociações com um grupo asiático para a venda de uma fatia minoritária. À época, a estatal chinesa Chinatex foi apontada por pessoas a par do assunto como a principal pretendente, mas as conversações não prosperaram.

Em março do ano passado, a Fiagril já havia concretizado um rearranjo societário: a gestora de fundos americana Amerra Capital Management abocanhou 25% do capital da empresa brasileira. Em entrevista ao Valor em junho de 2014, Craig Tashjian, diretor e um dos fundadores da Amerra, afirmou que a elevação dos preços dos grãos nos anos anteriores restringiu a habilidade da empresa em usar capital próprio para alimentar investimentos estratégicos, o que fez aumentar a necessidade de atrair um parceiro capaz de injetar capital.

Com isso, a Amerra, que já tinha feito empréstimos à Fiagril, entrou no negócio. Mas como o perfil desse fundo não é ter participação acionária, ficou estabelecido que ele teria um prazo de seis meses a três anos para deixar a empresa, o que abriria espaço para a chegada de um novo sócio. Mas ainda não está claro se, com a entrada de um novo sócio, a Amerra deixará totalmente a Fiagril. Procurado, Tashjian disse apenas que, "no momento, está impossibilitado de comentar".

Marino Franz, presidente do conselho de administração e fundador da Fiagril, confirmou que a empresa está em busca de um sócio estratégico, mas negou que existam tratativas com a Bunge. "Não procede", disse. A multinacional americana preferiu não se manifestar sobre o assunto. O Rabobank, por sua vez, afirmou que "não confirma as informações e, por questão de confidencialidade, não comenta transações de mercado".

Fundada em 1989, a Fiagril começou vendendo insumos, mas se lançou a uma acelerada diversificação de atividades. Passou a negociar soja e milho há uma década e, mais recentemente, investiu na produção de biodiesel, sementes, fertilizantes, armazenagem e logística - o que exigiu um grande volume de recursos.

Uma das grandes apostas da empresa está no corredor logístico do "Arco Norte", com a Cianport. Criada em 2012, a empresa é uma joint venture entre a Fiagril, hoje com 43%, e a Agrosoja, com 57%. A companhia dará início em março próximo ao escoamento de grãos do Centro-Oeste via sua estação de transbordo fluvial em Miritituba (PA), no rio Tapajós, e o terminal portuário de Santana, no Amapá. Computados os aportes em instalações, barcaças e empurradores, a Cianport investirá quase R\$ 500 milhões no empreendimento.

Uma fonte ouvida pelo Valor fez menção a problemas financeiros que a Fiagril estaria enfrentando. Contudo, pessoas ligadas à negociação de grãos em Lucas do Rio Verde, sede da Fiagril, relataram que a atividade da trading permanece em ritmo normal. A Fiagril movimenta entre 2,5 milhões e 3 milhões de toneladas de grãos por ano.

Com objetivo de tirar dúvidas sobre o CAR/MS, Sistema FAMASUL lança o Radar Ambiental – CNA. 04/12/2015.

Campo Grande/MS (04/12/2015) - Tirar dúvidas dos produtores rurais sobre o preenchimento do CAR/MS - Cadastro Ambiental Rural e sobre o novo código florestal brasileiro. Este é o objetivo do programa Radar Ambiental, lançado pelo Sistema FAMASUL- Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul. O programa é composto por palestras direcionadas aos sindicatos rurais, treinamentos regionais, a elaboração de uma cartilha com dúvidas sobre o tema e divulgação de vídeos educacionais.

Segundo as últimas informações do MMA - Ministério do Meio Ambiente, até o mês de outubro, apenas 27% das propriedades rurais preencheram o CAR em Mato Grosso Sul. Para mudar este cenário, a cartilha 'Perguntas e Respostas sobre o Novo Código Florestal e o CAR' já está disponível no portal da instituição (www.famasul.com.br).

Para o presidente do Sistema FAMASUL, Mauricio Saito, a cartilha elaborada pela equipe do Departamento Técnico da instituição tem como finalidade munir o produtor de informações relevantes sobre o tema, evitando assim que ele perca o prazo final, estabelecido em 05 de maio de 2016. "A informação de qualidade é o principal insumo do setor. Sendo assim, toda ação que vise auxiliar o produtor em seus compromissos jurídicos merece destaque", salienta Saito.

A orientação do Departamento Técnico do Sistema é que o produtor rural não deixe para realizar o preenchimento do CAR/MS muito próximo ao prazo final e sempre consultar um profissional habilitado.

De acordo com as informações disponibilizadas na cartilha, o preenchimento do CAR/MS é obrigatório e o responsável pelas informações para a inscrição no CAR é o declarante, ou seja, o proprietário ou o posseiro. A cartilha traz também respostas às dúvidas sobre APP - Área de Preservação Permanente e sobre Áreas de Reserva Legal.

Sobre o CAR - Para cadastrar suas informações, o produtor rural de Mato Grosso do Sul deve utilizar o CAR-MS, que é integrado ao SICAR, no qual deverá apresentar os dados ambientais de sua propriedade rural no Estado. O sistema já está disponível para inscrições no site do Imasul – Instituto de Meio Ambiente de MS (<http://www.imasul.ms.gov.br/>). O produtor rural que não se inscrever no CAR-MS até a data limite constará como irregular, podendo ficar impedido de obter licenciamento ambiental e financiamentos.

Mapa capacita fiscais agropecuários que atuam em frigoríficos exportadores – MAPA. 04/12/2015.

Profissionais são responsáveis por verificar atendimentos de requisitos em plantas que vendem carne processada aos EUA.

Em cumprimento às iniciativas previstas no acordo para exportação de carnes do Brasil para os Estados Unidos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveu, esta semana, uma capacitação para fiscais federais agropecuários de todo país, em Brasília. O evento contribuiu para o aprimoramento desses profissionais, responsáveis por verificar o atendimento de requisitos que permitem aos estabelecimentos industriais brasileiros manter as exportações de carne processada para os EUA.

Segundo a Coordenação-Geral de Programas Especiais do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa) do Mapa, a capacitação também serviu para cumprir as exigências da negociação do acordo bilateral que permitirá o comércio de carne bovina in natura para o mercado norte-americano.

Ainda conforme a Coordenação-Geral de Programas Especiais do Dipoa, os EUA têm um sistema sanitário reconhecido em todo o mundo. Por isso, avalia o Dipoa, a conquista desse importante mercado tem efeito disseminador da qualidade da carne brasileira.

JBS nega ser responsável por formol encontrado em carne da Friboi. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 07/12/2015.

SÃO PAULO - Diante da detecção de formol em carne bovina in natura da Friboi vendida no Estado do Paraná, a JBS, proprietária da marca, alegou hoje que não utiliza “qualquer tipo” de conservante nas linhas de produção em suas fábricas do produto.

“Se o formol foi realmente identificado na amostra, a contaminação ocorreu após o produto ter deixado a fábrica”, alegou a companhia, em nota de esclarecimento enviada pela assessoria de imprensa. A amostra de carne bovina com formol foi coletada em outubro de 2014 e produzida pelo frigorífico que a JBS possui em Naviraí (MS).

De acordo com a JBS, documentos que comprovariam “que a fábrica nunca comprou a substância citada nos laudos” foram enviados para o Procon de Umuarama (PR) em abril de 2015. “A companhia ressalta que é a maior interessada em esclarecer os fatos”.

Além disso, a JBS também argumenta que o processo no Procon referente ao caso ainda está em andamento e não houve qualquer tipo de multa. “Até agora, os laudos apresentados por eles são inconclusivos e sequer indicam a suposta quantidade de formol identificada na amostra de carne testada”, sustentou a JBS. A companhia também diz ter pedido informações sobre os procedimentos e critérios usados nos testes.

Sistema FARSUL recebe um dos maiores pesquisadores da pecuária mundial – CNA. 01/12/2015.

Porto Alegre / Rio Grande do Sul (01 de Novembro de 2015) - O Sistema FARSUL vai receber, na próxima semana, um dos maiores nomes da pesquisa acadêmica em pecuária de corte no âmbito mundial. O professor Min Du, da Washington State University (WSU), estará em Santa Maria (RS), para participar da 75ª Etapa do Fórum Permanente do Agronegócio, que abordará o tema “De Onde Virão os Terneiros?”, que acontece nos dias 9 e 10 de dezembro. O evento é uma promoção do Sistema FARSUL.

Min Du é considerado uma referência mundial na área da pecuária. Suas pesquisas na WSU tratam da influência do nível nutricional das vacas prenhas e seus efeitos na constituição da carcaça, desenvolvimento da musculatura e, conseqüentemente, da qualidade e marmoreio de carne dos novilhos gerados. “Ele é um dos principais pesquisadores do planeta neste tema. Seus estudos são os mais avançados no que diz respeito à importância da nutrição na gestação bovina e o quanto isso afeta os novilhos gerados”, diz José Fernando Lobato, do departamento de Zootecnia da UFRGS. “Esse é um nome que acrescentará muito aos debates do fórum. Temos muito a aprender com o professor Min Du”, afirma Gedeão Silveira Pereira, vice-presidente da FARSUL.

O pesquisador será a principal atração da 75ª Etapa do Fórum “De Onde Virão os Terneiros?”, que acontece no Centro de Eventos do Park Hotel Morotin (RST 287 – KM 6,2 – Santa Maria). Min Du apresentará duas palestras na quinta-feira (10/12): às 9h30min – “Nutrição da vaca, desenvolvimento muscular fetal e carne magra de bovinos de corte” – e às 14h30min – “Manejo nutricional precoce e qualidade da carne bovina”. Também farão apresentações, o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Décio Coutinho, e o professor do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), José Fernando Piva Lobato.

Tereza Campello: “O Brasil não parou e não vai parar com o apoio dos programas sociais”. Site do MDS, Publicado em 07/12/2015

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome participou, na sexta-feira (4), da entrega de equipamentos para fortalecer a comercialização de produtos da agricultura familiar em 93 municípios cearenses

Fortaleza – O governo federal entregou, na sexta-feira (4), equipamentos para a modernização de as Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar em 93 municípios do Ceará. Foram entregues caminhões, freezers verticais, balanças, pallets e caixas plásticas. Além disso, 49 prefeituras receberam veículos para transportar os alimentos. “Isso é uma prova de que não estamos parados. O Brasil não parou e não vai parar com o apoio dos programas sociais”, afirmou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, durante a cerimônia.

Para adquirir os equipamentos, o Ministério investiu R\$ 4,4 milhões. Segundo a ministra, a ação tem o objetivo de estimular o aumento da compra públicas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). “Muitas vezes o prefeito quer comprar, mas não tem uma estrutura que o ajude a fazer o transporte e armazenar os produtos da agricultura familiar.”

O agricultor familiar Vanderlei Bezerra, 32 anos, de Solonópolis (CE), apontou que a maior dificuldade dos produtores da região é em relação ao transporte dos alimentos. “Esses kits irão ajudar, porque muitos dos agricultores não têm um carro para levar os produtos até a central de distribuição”, disse. Vanderlei e a esposa comercializaram galinhas caipiras, ovos e bolos em 2015, por meio do PAA. Eles receberam R\$ 6,5 mil com a venda e os alimentos entregues em entidades socioassistenciais do município.

O governador do Ceará, Camilo Santana, agradeceu a iniciativa, em nome dos municípios e dos agricultores familiares. “Uma das grandes dificuldades é a comercialização dos alimentos. Esses carros e equipamentos são um fortalecimento da cadeia produtiva cearense”, explicou. Ele ainda destacou a parceria com o governo

federal para que a população que vive no Semiárido conviva com a seca. “Graças ao Programa Cisternas, milhares de famílias do estado têm hoje o direito de ter água para beber.”

Tereza Campello defendeu a continuidade das ações do governo federal que melhorem as condições de vida das famílias mais pobres. “Vamos garantir que o Bolsa Família, as cisternas, o PAA e as demais ações de fortalecimento da agricultura familiar continuem. Temos que avançar cada vez mais, trabalhando em parceria com os estados e com os municípios”, ressaltou. Ela ainda comentou o corte de R\$ 10 bilhões do Bolsa Família proposto pelo relator do Orçamento na Câmara dos Deputados seria um desastre para o estado. “Tiraria R\$ 800 milhões por ano das famílias que fazem parte do programa.”

A iniciativa celebrada em Fortaleza faz parte de um processo de apoio e modernização das estruturas que recebem e distribuem os alimentos da agricultura familiar, iniciado em 2013 e 2014. No total, o governo federal repassou, por meio de editais, R\$ 148 milhões para 21 governos estaduais. As Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar são espaços para recebimento e entrega dos produtos da agricultura familiar, com a finalidade de armazenar, em condições adequadas, os alimentos que irão compor o cardápio de escolas, creches e instituições da rede de assistência social cadastradas pelas prefeituras.

Projeto Campo Futuro vai fazer levantamento de custos de produção de leite em Sergipe – CNA. 07/12/2015.

Alagoas / Sergipe (04 de dezembro de 2015) - Produtores de leite de todo o Estado de Sergipe conheceram na noite de quinta-feira, 3, o projeto Campo Futuro da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que visa melhorar a rentabilidade da pecuária leiteira através de incrementos nos processos administrativos da produção. A apresentação ficou por conta do superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Sergipe - SENAR Sergipe. O evento aconteceu na noite de quinta-feira, 03, na Associação de Engenheiros Agrônomos de Sergipe (Aease).

O Superintendente Técnico da CNA explicou para mais de 120 produtores que Sergipe é o 20º Estado a compor o Projeto Campo Futuro para o levantamento de custos de produção de leite. Para que seja realizado, o projeto passa por duas etapas: 1 – SENAR realiza a capacitação dos produtores, onde aprenderão técnicas de melhorias de gestão de propriedade, como mensurar custos, como valorizar os ganhos e aplicá-los.

2 – CNA realiza um painel para levantamento dos custos de produção na região. O painel, em Sergipe, está previsto para o primeiro semestre de 2016.

A capacitação já está disponível para os produtores sergipanos e será ministrada gratuitamente pelo SENAR/Sergipe. “O produtor aprende a calcular o custo da produção, a fazer o planejamento da atividade, a trabalhar com o seguro rural, com o mercado de opções e derivativos, ou seja, é um programa global, composto de módulos, básicos e avançados, voltados para cada atividade específica. No caso, para o produtor de leite, tanto o pequeno como o grande, é essencial o módulo do custo de cálculo de produção, porque o leite é vendido, muitas vezes, com um preço menor que um real e

cada centavo de economia é um ganho que o produtor passa a ter na margem de lucro”, exemplificou o Superintendente do CNA.

Já a segunda parte do Campo Futuro é denominada Painel de Custo de Produção. A proposta detalhada por Bruno Lucchi consiste em estabelecer a partir das principais regiões produtoras de leite os sistemas comuns de produção e a propriedade típica, abrangendo desde a genética do rebanho até o perfil de mão de obra empregada. “Com base nestes dados vamos estimar o custo de produção deste sistema, que será monitorado mensalmente, e os produtores, através da federação e dos sindicatos, terão acesso a esses dados atualizados. Essas informações serão úteis no dia a dia do produtor na parte gerencial. Sergipe será o 20º estado do Brasil a compor a nossa base de dados. O que pretendemos é permitir a troca de experiências entre as regiões do país”, disse Bruno Lucchi acrescentando que esses dados servirão também de base para políticas públicas da área.

De acordo com o presidente do Sistema FAESE/SENAR, Ivan Sobral, o produtor rural já demonstrou competência em produzir e produzir bem. Porém, o grande gargalo da atividade é a gestão da sua propriedade. O leite, como tantos outros produtos agropecuários tem o valor fixado pelo mercado. Não adianta reclamar do valor da remuneração, o produtor tem de aprender a fazer conta e gerir os custos da produção. “Nem sempre quem produz a maior quantidade tem mais rentabilidade sobre o que produz menos. Gerir os custos fixos, operacionais, depreciação e ganho sobre o capital investido é o grande trunfo dos produtores mais eficientes. O Sistema FAESE/SENAR pensando do desenvolvimento da atividade e a profissionalização do produtor disponibiliza esta ferramenta, a partir de 2016, de maneira gratuita a todos os interessados”, anunciou.

Para o zootecnista José Leonel Vicente Salustiano, que trabalha com pequenos produtores de leite no município de Poço Verde, a gestão da produção é fundamental para manter uma propriedade com melhorias efetivas. “A parte de gerenciamento é muito importante, porque se tivermos genética e alimentação de qualidade, porém uma má administração, tudo vai por água abaixo. Não se consegue manter uma propriedade, por mais que se tenha outros pontos em dia, sem uma boa gestão não se tem avanço, melhorias reais, não se sabe quanto realmente está se gastando e se ganha de verdade na atividade”, apontou.

Segundo José Leonel, a produção leiteira em Poço Verde evoluiu bastante. A expectativa dele é contribuir ainda mais para este avanço, por isso ele demonstrou total interesse em engajar-se ao projeto Campo Futuro. “Pretendo utilizar os conhecimentos adquiridos nesta palestra no meu trabalho e compareci a esta aqui para saber mais sobre esse projeto”, concluiu.

Mineração: o banqueiro predador e o sonho dos assentados. Site do MST. 08/12/2015

Empresa do grupo de Daniel Dantas ameaça um assentamento de despejo para explorar jazidas de minerais que deixam um rastro de destruição ambiental.

O assentamento Roseli Nunes está localizado a 90 km da cidade, no município de Mirassol d’oeste (MT), onde 331 famílias, em torno de 1.500 pessoas e uma escola estadual com 400 alunos movimentam a vida de uma antiga fazenda, cujo proprietário – um coronel aposentado, da família Prata – ameaçava os sem-terra de morte. O sonho da

terra foi uma luta durante oito longos anos. O assentamento completa 13 anos de existência oficial em 2015, conta com a Associação de Produtores Agroecológicos (ARPA), produz mais de 200 toneladas de hortaliças, distribuídos em escolas, creches e asilos de vários municípios da região. Nélio Gomes de Souza é o presidente da entidade e também vereador em Mirassol. Ele é mineiro, nasceu em Ipatinga, no Quadrilátero Ferrífero. Fugiu da mineração décadas atrás e agora enfrenta a indústria da extração novamente. Neste caso uma empresa chamada Bemisa – Brasil Exploração Mineral S/A -, controlada pelo Grupo Opportunity, do banqueiro predador Daniel Dantas. Depois que suas relações com o poder na era FHC começaram a dissolver, e as brigas judiciais dentro do setor telefônico aumentavam, nos anos 2000, ele começou a migrar os seus investimentos. Comprou 500 mil hectares de terra no Pará e virou pecuarista. E montou a Global Mine Exploration (GME4) e passou a registrar sucessivos pedidos de lavra no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Em 2009 eram 1.381, envolvendo ferro, ouro, diamante, terras raras e fosfato.

Daniel Dantas e o maior banco de ativos minerais

As notas nas colunas de economia relatavam a última sacada do economista gênio, cria do falecido contrerrâneo, Antônio Carlos Magalhães: o maior banco de ativos minerais da América Latina. Na verdade perseguia a trilha de Iene Batista, porém, sem ter um pai especialista em minérios. A Bemisa, criada em 2007, executa estes projetos que eram apenas pedidos de pesquisa de lavra. São oito projetos em seis estados. A única operação mineral começou com a mina Baratinha, no Vale do Aço em 2014. Mas também envolvem o sul do Piauí, onde descobriram mais de dois bilhões de toneladas de ferro e pretendem explorar a partir de 2016, para infortúnio e sofrimento das comunidades de Curral Novo do Piauí assediadas por todos os lados para venderem as terras ou abandonarem a área.

O roteiro dos extratores é velho, autoritário, ultrapassado, fora de contexto, mas continua sendo usado. Primeiro o anúncio de uma grande jazida, como ocorreu em Mirassol d’oeste, em 2010 pelo governador Sinval Barbosa (PMDB) com a descoberta de 450 milhões de toneladas de fosfato e 11 bilhões de toneladas de ferro na região, o que caracterizaria um “novo pré-sal”. Uma mentira que não sustentaram por muito tempo, porque o Serviço Geológico do Brasil confirmou a existência dos minerais, mas no caso do ferro, com apenas 40% de pureza – é preciso 58% para validar a exploração. O fosfato precisaria de mais pesquisas e avaliações. Sem contar que a jazida é intercalada – por rochas fosfáticas e ferro. Uma tecnologia que somente a China possui, segundo comentários dos meios minerários.

Levar pânico aos moradores

Basta uma mentira desse tipo, para logo surgir um bando de aventureiros e especuladores interessados no negócio. E as terras dos assentados do Roseli Nunes abrigam parte da jazida. Na sequência uma geóloga do Inbra visitou o assentamento acompanhada de um engenheiro e pedindo autorização para a realização de sondagens. A gestora da Escola Estadual Madre Cristina, Maria José de Souza Gomes relatou o encontro:

-“Nós fomos surpreendidos. Não tínhamos nenhuma informação. Resolvi perguntar sobre a ordem de serviço do INCRA para saber o motivo do trabalho. Ela não tinha. Ninguém concordou e eles foram corridos”. Este tipo de expediente é característica destes projetos pelo interior do país. As corporações lidam com a falta de informações,

exercem seu autoritarismo com objetivo de assustar os moradores, normalmente despreparados para enfrentar tais situações. Levar o pânico faz parte do negócio, porque elas sempre têm pressa em começar a exploração. No caso do banqueiro predador mais ainda, porque ele recolhe dinheiro no mercado, de cotistas, que tem um prazo para receber o dinheiro de volta com os lucros contabilizados.

Não são milionários, mas produzem comida de verdade

Ocorreram outros episódios desse tipo, até conseguirem fazer uma sondagem na terra de dois assentados, que quase foram expulsos do assentamento. Em outra ocasião, descobriram que uma equipe de sondagem estava próxima do assentamento e um grupo correu atrás e por pouco não vira uma tragédia, porque eles pretendiam queimar o carro da equipe. O Roseli Nunes é dividido em 23 núcleos, todos com coordenadores, além de uma coordenação geral. As propostas são discutidas nos núcleos e depois levadas à coordenação. Além do trabalho de conservação do ambiente, da água, do solo, da produção agroecológica e da pecuária leiteira eles mantêm uma área social – coletiva – onde produzem verduras, legumes e frutas.

Não são milionários, não exportam commodities, produzem comida de verdade, sem veneno e cuidam da terra como o maior bem que possuem, porque ela registra a história de sofrimento de milhares de vidas. A proposta de exploração mineral na área do assentamento foi rechaçada pela maioria e eles pretendem enfrentar a situação, com tudo o que aprenderam nos últimos 20 anos. O banqueiro predador pode ter certeza que a exploração, como foi divulgada no assentamento, envolver a expropriação de 110 lotes, não será uma batalha simples.

A Bemisa informa em seu site que em 2015 foi concluída a quarta e última campanha de sondagem do Projeto Jauru, é o nome oficial da exploração de fosfato e que ainda foi realizada uma sondagem de 15 mil metros. Também iniciará a construção da planta piloto, que começará operar em 2016 em Mirassol d' oeste, sudoeste do Mato Grosso, onde a linha ferroviária mais perto está em Rondonópolis, no sudeste.

Bemisa vai produzir fertilizantes fosfatados

Qual é a importância do fosfato no Brasil? É a fonte de fósforo dos fertilizantes químicos, sendo que a metade ainda é importada – 80% da rocha fosfática é Abastecida pelas empresas nacionais – basicamente Vale, que comprou a Fosfértil e Ultrafértil, a Cobras, da Anglo American e a Galvani, que tem um complexo de produção de fertilizantes na Bahia. É preciso explicar o seguinte: a Bemisa, conforme informação do presidente, Augusto Cezar Calazans Lopes, executivo com experiência em Private Equity, vai produzir fertilizantes fosfatados, conforme testes da rocha avaliados pela USP, Fundação Gorceix e na UFMG. Os resultados demonstram a viabilidade técnico econômica para produção de concentrado fosfático e fertilizantes fosfatados. Um detalhe: a pesquisa foi financiada em parte com verba do FINEP, uma linha de financiamento público para quem investe em inovação tecnológica.

É uma operação química

Para explorar o ferro no sul do Piauí, que segundo a empresa custará mais de três bilhões de reais, 55% vai ser requisitado como financiamento via Sudene. Aqui é necessário uma explicação: para transformar a rocha fosfática, onde está o elemento P₂O₅ – pentóxido de fósforo – precisa ser escavada ou explodida. Depois britada e

moída, posteriormente lavada e sofrer um choque químico com ácido sulfúrico, senão o fósforo não é concentrado. O pentóxido de fósforo não é solúvel em água e precisa ser acidificado para ser usado como fertilizante. Resumo da ópera: não é uma operação de extração mineral, mas sim uma operação química, por isso mesmo as empresas que fazem a exploração em Cajati (SP), em Uberaba ou Cubatão tem complexos industriais, onde são explorados fertilizantes e produtos intermediários.

O produto básico para chegar aos fertilizantes é o ácido fosfórico, que é o resultado do choque do ácido sulfúrico, depois de filtrado. Para cada tonelada de ácido fosfórico sobra como rejeito cinco toneladas de fosfogesso. No Brasil existem 150 milhões de toneladas de fosfogesso acumuladas. Parte dessa montanha é usada como gesso agrícola, ou industrial – na construção civil e aterros sanitários. Entretanto, o problema e as consequências da mineração sempre está nos detalhes.

“- Todos os fertilizantes fosfatados de acordo com a origem da rocha podem conter vários metais, que podem ser considerados como micronutrientes e metais considerados tóxicos.” Trecho de uma trabalho do IPEN, autarquia associada à USP. O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) é mais claro ao analisar a exploração em Cajati (SP), no Vale da Ribeira: “- O principal aspecto negativo do fosfogesso é a sua impureza, sobretudo devido a presença de fósforo, metais pesados, radioatividade e acidez residual. Poeira, infiltração no solo e águas ácidas das lagoas de decantação são alguns dos impactos causados pelo fosfogesso no solo”.

Metais pesados e radioatividade

A questão é que no Brasil não existem metodologias específicas e apropriadas para avaliação de metais em fertilizantes e condicionadores de solo, como é chamado o fosfogesso – não é o mesmo gesso oriundo da gipsita, um mineral que é a fonte de quase 100% no Brasil. Metais como chumbo cádmio e cromo, além do rádio estão presentes na rocha fosfática. Todos considerados tóxicos e cancerígenos mesmo em baixas concentrações. O que os assentados do Roseli Nunes vão enfrentar nos próximos anos é um complexo industrial, equivalente com o da Galvani na Serra do Salitre, em Angico Dias (BA):

-Mina em lavra a céu aberto, usina de concentração, unidades de ácido sulfúrico, ácido fosfórico, acidulação, granulação de fertilizantes e fosfato bicálcico. Mais as barragens de rejeito e as lagoas de decantação. A Serra do Caeté, com sua mata exuberante-transição para a Amazônia-, com a biodiversidade característica, onde se encontra a área da jazida de fosfato na região, numa área de 70km², será detonada. Seus córregos e nascentes de água secarão. O ar será contaminado pela reação do ácido sulfúrico com a chuva, que gera chuva ácida. Enquanto isso, o banqueiro predador vai valorizando seus ativos até conseguir um comprador, talvez a Sinosteel Corporation, cujos representantes estiveram no sul do Piauí para avaliar a operação do ferro. Para encerrar: está no boletim semestral do DNPM 2015- “queda nos preços dos metais e fertilizantes que evidenciam menor demanda global por metais, China principalmente, problemas de excesso de oferta, elevados estoques, além da influência do dólar americano. Aumento na oferta de minério de ferro em função da entrada em operação de novas minas e aumentos na capacidade de produção na Austrália e Brasil, além do excesso de oferta de aço na China”. O preço atual do ferro – 63 dólares a tonelada é um terço do maior preço em 2011. A tendência divulgada pelo Banco Mundial: a queda nos preços dos metais e fertilizantes continuará. Esqueci de especificar: o processo de aproveitamento da rocha

fosfática é úmido e como ocorre em outras extrações minerais precisa de muita água. Em Anitápolis (SC), onde a população já enfrenta a extração mineral do fosfato – embora o projeto esteja suspenso, depois da compra pela Vale – a retirada é calculada em 773 m3 por hora, ou o equivalente a 30% da vazão do rio Pinheiros, onde fica o projeto.

Deral reduz novamente estimativa de produção de trigo no Paraná. Fabiana Batista – Valor Econômico. 08/12/2015.

O Departamento de Economia Rural do Paraná (Deral) reduziu em 2,85%, para 3,4 milhões de toneladas, sua estimativa para a colheita de trigo no Paraná na comparação com o estimado em outubro. A redução, que em termos absolutos é de 100 mil toneladas, está 15% abaixo do potencial estimado para o Estado, que era de uma colheita de 4 milhões de toneladas.

Conforme o Deral, a menor produtividade se deveu a períodos chuvosos e aconteceu de maneira relativamente uniforme no Estado. Também, em menos escala, foi provocada também por geadas, estas com perdas mais concentradas no sudoeste paranaense.

Na avaliação do Deral, apesar de as reduções de produtividade terem sido semelhantes entre as regiões, houve uma qualidade afetada de diferentes maneiras no Estado.

Conforme o Deral, há uma situação bastante clara de diminuição do volume de trigo de maior PH, que em 2014 representava 70% da safra e hoje responde por 66%. Quanto mais alto o PH, maior aptidão à panificação, que é o uso majoritário na indústria moageira nacional.

Já os volumes de trigo com PH abaixo de 78 e de triguilho permaneceram nos mesmos patamares, apesar de representarem uma maior fração devido a redução da safra tritícola em geral, conforme o Deral.

“Em resumo, temos uma oferta estadual 10% menor do que no ano anterior, sendo que especialmente a oferta de trigos de melhor qualidade foi prejudicada.”

Em termos regionais observa-se que houve neste ano uma boa qualidade dos trigais colhidos em setembro, coincidindo com as colheitas do Centro-Oeste, Oeste e parte do Norte do Estado. Já no Sudoeste e no Norte Pioneiro a qualidade ficou próxima a obtida no ano anterior, segundo o Deral, enquanto no Sul os índices pioraram em função do grande volume de chuvas registrados entre outubro e novembro.

Membros da Câmara Setorial de Leite e Derivados do Mapa indicam Rodrigo Alvim para presidência – CNA. 08/12/2015.

Brasília (08/12/2015) – Os integrantes da Câmara Setorial Produtiva do Leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) se reuniram, na última quinta-feira (03/12), na 44ª Reunião Ordinária para discutir os principais temas do setor e indicar os nomes para sucessão da presidência da câmara. A lista, que será avaliada pela ministra Kátia Abreu, deve ser composta por três nomes, porém o corpo técnico indicou, por unanimidade, o nome do atual presidente da Comissão Nacional de

Pecuária de Leite da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Sant'Anna Alvim.

A nova forma de eleger os presidentes para as Câmaras Setoriais foi deliberada pela ministra Katia Abreu no início de sua gestão. Os membros do colegiado devem indicar, para a lista tríplice, os nomes para concorrer ao cargo. Além do mais, a nova gestão implementará um sistema informatizado para acompanhar e controlar os encaminhamentos que estão em processo de cada cadeia produtiva do agronegócio.

Programa Mais Leite Saudável – Uma importante questão levantada pelos integrantes do colegiado durante o encontro foi a dificuldade do MAPA em aprovar os projetos de assistência técnica, estabelecidos pelas novas regras do PIS E COFINS, já encaminhados pelas agroindústrias. De acordo com o órgão, os projetos estão inconsistentes. “Nosso objetivo é solicitar uma Instrução Normativa detalhada sobre o Programa Leite Mais Saudável, as novas regras dos tributos e as exigências para encaminhar os projetos de assistência técnica”, disse João Carlos Vianna da Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais (SFA-MG).

De acordo com o representante do Conselho Nacional da Indústria de Laticínios (CONIL), Luiz Fernando Esteves, as indústrias têm a opção de solicitar a assistência técnica terceirizada, por exemplo, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para agilizar o processo e garantir o recurso estabelecido e beneficiar os produtores rurais vinculados aos seus laticínios.

A Câmara Setorial está participando ativamente das questões da cadeia leiteira, inclusive dos informes solicitados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), de contribuições ao Anteprojeto de Norma para os Permeados Lácteos em Pó, informações sobre o uso de conservantes em mussarela e Agroindústria de Pequeno Porte de Leite e amostragem de leite em tanques comunitários.

Demanda doméstica por etanol começou a recuar. Fabiana Batista – Valor Econômico. 09/12/2015.

O motorista começou a reagir ao aumento dos preços do etanol hidratado, que é usado diretamente no tanque dos veículos. O principal sinal foi a menor venda do produto feita pelas usinas às distribuidoras no mês de novembro na comparação com outubro, divulgada ontem pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

Foram vendidos no mercado interno 1,44 bilhão de litros de hidratado, 15,5% menos que os 1,7 bilhão de litros comercializados em outubro. Na comparação com novembro de 2014, no entanto, as vendas foram 23% mais elevadas. "Apesar do recuo em relação ao mês anterior, a demanda ainda está elevada e deve cair mais", disse o diretor da trading Bioagência, Tarcilo Rodrigues.

Nos cálculos da empresa, em dezembro, essas vendas devem recuar para patamares próximos de 1,3 bilhão de litros. "O recuo em novembro estava dentro do esperado, mas o consumo precisa cair mais para se equilibrar com a oferta de etanol disponível até o início da próxima safra, em março do ano que vem", explicou Rodrigues.

Considerando todos os tipos de etanol (anidro, que é misturado à gasolina, e hidratado) e o destino das vendas (mercados interno e externo), as usinas do Centro-Sul venderam em novembro 2,517 bilhões de litros de etanol, 25% de aumento em relação novembro de 2014. Na comparação com outubro, no entanto, há uma queda de 8,13%.

Ontem, a Unica também divulgou que a produção de hidratado na segunda quinzena de novembro caiu 13,35%, para 453 milhões de litros, diante da opção das usinas de fazer mais anidro e também por causa do excesso de chuvas, que interrompeu a moagem. Desde o início da safra 2015/16, foram produzidos 15,868 bilhões de litros de hidratado, alta de 8,6%.

Ministra debate com deputados e senadores prorrogação da dívida de produtores do Nordeste – MAPA. 9/12/2015.

Parlamentares querem que o prazo seja estendido até dezembro de 2017.

A ministra Kátia Abreu recebeu nesta quarta-feira (9) deputados e senadores do Nordeste, que pediram apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para prorrogar o pagamento de dívidas de produtores rurais da região.

Kátia Abreu disse que levará o assunto ao Ministério da Fazenda e reconheceu a importância de regularizar a situação dos produtores do semiárido que tiveram perda de safra em razão de estiagem. Esses agricultores têm até 31 de dezembro para quitar suas dívidas, conforme prevê a Lei 12.844/2013.

A bancada propõe que a vigência da lei seja prorrogada para dezembro de 2017, dando mais prazo para os produtores liquidarem ou renegociarem seus débitos. A lei prevê liquidação das com até 85% de desconto ou renegociação da dívida a partir da avaliação de cada caso.

Participaram da reunião os coordenadores das bancadas de 13 estados nordestinos, além de presidentes de federações de Agricultura e do presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), João Martins.

“Temos que tomar as providências para que isso seja superado, prorrogando leis e renovando prazos para darmos uma solução definitiva para esse problema, porque 80% desses devedores devem menos de 10 mil reais. Isso empata a vida do pequeno produtor, que está com nome sujo não por conta de leniência sua, mas porque não choveu”, observou Kátia Abreu.

Os parlamentares pretendem ainda estender os benefícios a todos os municípios de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e não apenas aos que tenham decreto estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, como determina a lei atualmente.

“Esse é um assunto que se arrasta ao longo de muito tempo, mas que se agravou nos últimos quatro anos devido a uma seca muito grande no Nordeste”, acrescentou a ministra.

A ministra determinou a criação de um grupo de trabalho formado por representantes da Secretaria de Política Agrícola do Mapa, CNA e da bancada nordestina para analisar a proposta que será levada ao Ministério da Fazenda.

Presidente da CNA quer solução definitiva para os débitos dos produtores rurais do Nordeste afetados pela seca – CNA. 09/12/2015.

Brasília (09/12/15) - O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, entregou nesta quarta-feira (09), à ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Kátia Abreu, documento com proposta para a negociação ou liquidação das dívidas dos produtores rurais do Nordeste. Os produtores rurais nordestinos, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, também estão incluídos na solicitação de prorrogação e solução dos seus débitos, conforme mostra o documento entregue à ministra pelo presidente da CNA.

No entendimento da CNA, as sucessivas secas que se abateram sobre a região do semiárido nordestino, especialmente ao longo das últimas duas décadas, impõe uma solução definitiva para o problema e não apenas medidas paliativas de “rolagem” da dívida, cujas condições são desfavoráveis do ponto de vista financeiro. O mesmo documento será entregue aos demais ministérios da área econômica e, também, aos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional.

O presidente da CNA estava acompanhado, durante o encontro com a ministra, dos presidentes das federações da agricultura e pecuária da Paraíba, Mário Borba; do Rio Grande do Norte, José Álvares Vieira; do Maranhão, Raimundo Coelho; do Ceará, Flávio Saboya; e do Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Daniel Carrara. Participaram, ainda, senadores, deputados e coordenadores das bancadas federais do Nordeste e do Centro-Oeste.

Ministério tenta garantir R\$ 750 milhões ao seguro em 2016. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 09/12/2015.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, anunciou ontem, em entrevista coletiva concedida em Brasília, que a Pasta vai propor à equipe econômica do governo uma emenda ao Orçamento 2016, que está em tramitação no Congresso, para tentar ampliar para R\$ 750 milhões os recursos destinados à subvenção ao prêmio do seguro rural. Até agora, o ministério propôs R\$ 400 milhões para essa finalidade.

De acordo com Nassar, a estratégia, que está sendo articulada com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, é remanejar R\$ 350 milhões do orçamento projetado para sustentar a política de preços mínimos de produtos agrícolas e direcioná-los aos subsídios que custeiam parte dos gastos de produtores com o seguro. A valorização do dólar em relação ao real aliviou os gastos do ministério com políticas de garantias de preços.

"Para o ano que vem teremos R\$ 700 milhões para aplicar em Pep [Prêmio para escoamento de Produto] e Peppo [Prêmio Equalizador Pago ao Produtor]. Então resolvemos utilizar parte desses recursos - R\$ 350 milhões - para aplicar em seguro rural", afirmou o secretário aos jornalistas. "Não podemos garantir, porém, se a emenda será mesmo aprovada e ficará imune a contingenciamentos", destacou André Nassar.

Na última sexta-feira, o Valor antecipou que o ministério estudava uma solução nessa linha para fomentar o seguro, em meio a dificuldades crônicas em assegurar recursos para as subvenções.

Nassar revelou, também, que um estudo da Secretaria de Política Agrícola do ministério mostrou que a relação entre o percentual do prêmio das apólices e a importância segurada está "um pouco alta", sinalizando que as seguradoras estão cobrando caro. Diante dessa conclusão, ele afirmou que um dos objetivos com o seguro rural em 2016 é torná-lo mais barato e acessível a mais agricultores.

Nesse sentido, o ministério já anunciou que no ano que vem o percentual de subvenção em cada operação de seguro rural será menor. Se até hoje a Pasta subsidia até 70% dos prêmios das apólices contratadas, a partir do próximo ano esse limite será de 45%.

Presidente da CNA defende que produtor tenha participação direta na discussão de uma nova política agrícola – CNA. 09/12/2015.

Brasília (09/12/2015) – O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, defendeu a participação do setor rural nas discussões sobre política agrícola e disse que o tema deve ser uma pauta diária. “Uma política agrícola se constrói a partir da convivência com a realidade e não pode ficar exclusivamente à mercê do governo. Deve ter a participação do produtor para que tenhamos uma política adequada”, afirmou.

João Martins participou, nesta quarta-feira (9/12), da abertura da reunião da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA, reativada este ano para discutir questões específicas ligadas a crédito, sustentação de preços e seguro rural, entre outros pontos. O colegiado, que reúne representantes das federações estaduais de agricultura e pecuária e entidades do setor produtivo, será presidido pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner.

Segundo Schreiner, a ideia inicial é ouvir as demandas das federações para consolidar as propostas mais pertinentes e levá-las ao governo federal e estaduais para a consolidação de instrumentos que tornem a produção menos vulnerável aos riscos da atividade, como preço e clima. Na sua avaliação, as proposições serão encaminhadas já para o próximo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) do próximo ano. Entre os pontos defendidos por ele, a ampliação dos recursos para a subvenção ao seguro rural e mais flexibilidade para o acesso ao crédito rural.

Mulheres de todo o país debatem assistência técnica rural. Site do MDA. 10/12/2015

Secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, participa da abertura da 2ª Cnater Mulheres

A ampliação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), os casos de violência, a opressão e a falta de oportunidades no campo, são alguns dos pontos debatidos, por cerca de 100 mulheres de todo o país, na 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (2ª Cnater Mulheres), que ocorre nesta quinta (10) e sexta-feira (11), em Brasília. As proposições, extraídas dos dois dias

de debate, deverão compor o relatório que vai nortear as políticas do MDA pelos próximos quatro anos.

Esta é a primeira conferência temática rumo à etapa nacional da 2ª Cnater, que será realizada de 31 de maio a 3 de junho de 2016. As 30 propostas de políticas públicas definidas entre as mulheres serão encaminhadas ao documento final da conferência.

Para Maria Fernanda Coelho, secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que prestigiou a abertura do encontro, a etapa temática é um lugar “para discutir um modelo de produção que privilegia as relações humanas e afetivas, questionando o agronegócio. São espaços como esse que enchem nosso coração de esperança”.

Célia Watanabe, diretora de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas do MDA, frisou a paridade de gênero nos espaços participação social como princípio fundamental, para que a igualdade de direitos seja alcançada. “Aos poucos, temos melhorado a presença e a participação das mulheres entre o público que atendemos. Precisamos reconhecer o papel das trabalhadoras na construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)”.

Desafios Nos últimos anos, as políticas direcionadas para as mulheres rurais têm aumentado. Contudo, Rosa dos Santos, coordenadora do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MA), evidencia a necessidade de ampliar ainda mais algumas ações específicas. “Até hoje, as políticas de Ater precisam ser efetivadas em muitos espaços. O que já foi feito ainda não tem atendido todas as ansiedades das mulheres que estão na roça, no extrativismo e na agricultura”, disse.

Os desafios levantados pelas representantes dos movimentos sociais, entidades, redes do campo e governo destacaram a promoção da agroecologia e da comercialização para mulheres rurais. Elas também indicam a necessidade de formação sobre a igualdade de gênero entre os povos dos campos, águas e florestas, além do acesso ao crédito e assessoria técnica para as trabalhadoras rurais.

A etapa temática de mulheres é uma realização do Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA.

Mulheres, Ater e Reforma Agrária De acordo com dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1986, existiam no Brasil 67 assentamentos, em 61 municípios. Em 2003, o número ampliou para 4.883 assentamentos, atendendo cerca de 500 mil famílias. Atualmente, são 9.109 assentamentos, em 2.027 municípios, atendendo a 956.780 famílias – um aumento de quase 100% em 12 anos. Isso representa 88 milhões de hectares.

Segundo dados do MDA, de 2012 a 2015, 7,2 mil mulheres foram tiveram atendimento de Ater, seis chamadas públicas para mulheres foram realizadas, e 118 técnicas e técnicos participaram das ações.

De 2004 a 2014, foram investidos mais de R\$ 40 milhões em Ater, totalizando 59.305 mulheres beneficiadas.

Durante a abertura, as participantes receberam exemplares da cartilha do Fomento Mulher, linha de crédito disponibilizada pelo Incra.

Oficina pioneira qualifica a produção familiar para o mercado internacional. Gabriella Bontempo. Site do MDA, quinta-feira, 10 Dezembro, 2015

MDA promove oficina voltada para exportação para empreendimentos da agricultura familiar

A maior feira de orgânicos do mundo, a Biofach, está chegando. E, para preparar ainda mais os empreendimentos da agricultura familiar que estarão na Alemanha entre os dias 10 e 13 de fevereiro de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza até sexta-feira (11), em Brasília, a primeira oficina de capacitação para o evento.

A ideia é que o encontro se transforme em um espaço de conhecimento e troca de experiências, tanto para as oito cooperativas selecionadas como para demais empreendimentos com potencial de exportação. “Sentimos a necessidade de promover uma oficina para os empreendimentos da agricultura familiar que participam da Biofach, com foco em uma melhor preparação para a exposição”, ressaltou a chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (AIPC/MDA), Cristina Timponi.

Participam do encontro importantes parceiros, como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Sebrae e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). “Eles se juntam a nós nessa iniciativa porque não é a missão principal do MDA a promoção da exportação, para isso nós temos outros órgãos. Nós apoiamos os empreendimentos para que eles possam alcançar também esses mercados”, apontou.

Em 2016, será a 12ª vez que a agricultura familiar brasileira vai marcar presença na Biofach. Na edição passada, os empreendimentos nacionais comercializaram quase US\$ 5 milhões. Na época, as dez cooperativas participantes, apoiadas pelo MDA, fizeram 267 contatos comerciais com mais de 20 países.

Entre elas está a Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região (Coapracor). Em 2015, eles participaram pela primeira vez da feira levando polpa de acerola orgânica. Na mostra, eles conseguiram parceiros comerciais e já se preparam para exportar 75 toneladas do produto. Agora, eles vão levar mais três frutas: abacaxi, manga e maracujá.

“Esse treinamento para a Biofach veio na hora certa. Estamos com uma grande expectativa e queremos fazer o melhor lá na Alemanha e conseguir novos parceiros comerciais. Nesse espaço estamos com colegas do Brasil todo e essa troca de experiência nos fortalece”, explicou o produtor e gerente da cooperativa, Carlos Alves, 39 anos.

A Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GIZ), também participou do encontro, quando apresentou a perspectiva alemã da Biofach. “A Alemanha está no coração da União Europeia. Dois terços das mais importantes feiras internacionais do mundo ocorrem no país – uma média de 150 eventos por ano. Tudo o que não tem na Europa é muito interessante para o público da feira”, comentou a assessora Annelie Albers.

Além das dicas, os participantes conheceram algumas peculiaridades dos alemães, como a pontualidade, a organização e a importância do contato visual.

Saiba mais

A Biofach 2015 contou com a participação de 2.236 expositores de 126 países. Mais de 100 mil produtos orgânicos foram expostos na feira. Em 2016, o espaço da agricultura familiar terá 85m² e continuará promovendo o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – o Brasil Agroecológico – e o Selo da Agricultura Familiar.

Participaram da chamada pública 40 empreendimentos familiares, mas somente oito atenderam perfeitamente aos critérios da Biofach.

Pela cultura exportadora do agronegócio, CNA recebe homenagem da Apex – CNA. 11/12/2015.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) foi homenageada na noite de ontem (10/12), no espaço Casa Bossa, em São Paulo, pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), no evento Mais Brasil no Mundo. A iniciativa da Agência é um reconhecimento à atuação de empresas públicas e privadas, entidades setoriais, jornalistas e lideranças em diferentes áreas sociais que fizeram a diferença para a consolidação da cultura exportadora no país.

Para o representante da CNA na solenidade, o vice-presidente diretor da CNA, José Mário Schreiner, “o setor agropecuário hoje é um exemplo do Brasil que tem dado certo graças às exportações, que têm ajudado o país a não entrar em uma crise mais profunda. E esta iniciativa da Apex nada mais é do que valorizar o esforço das entidades que trabalham em prol do crescimento e do desenvolvimento”.

Além da CNA, a Apex-Brasil também homenageou entidades que representam importantes segmentos da indústria e da economia brasileira, como CNI e Sebrae, e Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, bem como o BNDES - todos com forte atuação no apoio ao exportador e à captação de investimentos.

Também foram homenageadas empresas que mais exportaram nos segmentos micro - Empire Industries, pequena - Galeria Raquel Arnaud, média - Cipatex e grande - Embraer, além de um destaque especial a uma empresa que se tornou referência mundial no tema sustentabilidade, a Beraca. Outras duas empresas foram destaque nas categorias Investimentos Produtivo - SAP e Internacionalização - WEG. Uma homenagem especial foi concedida ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro.

O ministro Armando Monteiro ressaltou, em seu discurso, que a Apex-Brasil vem desempenhando muito bem sua missão institucional, em dois pilares do Plano Nacional de Exportações: a promoção e a inteligência comercial. “Mais do que realizar muitos eventos, é preciso atuar com inteligência, entendendo o cenário do mercado global. O Brasil precisa dar um novo status ao comércio internacional”, disse Monteiro.

Cinco jornalistas também foram convidados pela Apex-Brasil a representar o trabalho da mídia nacional e internacional na divulgação e registro de fatos relevantes das exportações brasileiras, bem como da atração de investimentos estrangeiros: Fernando Exman do Valor Econômico; Sandra Boccia, da revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios; Joe Leahy do Financial Times; Luisa Torre, da Gazeta do Espírito Santo e RaíssaEbrahim, do Jornal do Commercio de Pernambuco.

Kátia Abreu se reúne com Fazenda para discutir prorrogação da dívida de produtores nordestinos – MAPA. 11/12/2015.

Ministra considera importante regularizar a situação dos agricultores da região.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) se reuniu nesta sexta-feira (11) com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Tarcísio Godoy, para discutir a prorrogação do pagamento de dívidas de produtores do Nordeste, região que sofre com uma das piores secas dos últimos 50 anos.

Na última quarta-feira (9), parlamentares da bancada nordestina se reuniram com a ministra e pediram apoio do Mapa para prorrogar o vencimento das dívidas. Kátia Abreu reconheceu a importância de regularizar a situação dos produtores do semiárido que tiveram perda de safra em razão de estiagem.

Os agricultores do semiárido, em sua maioria pequenos produtores, têm até 31 de dezembro para quitar suas dívidas, conforme prevê a lei 12.844/2013. A bancada parlamentar propõe que a vigência da lei seja prorrogada para dezembro de 2017, dando mais prazo para os produtores liquidarem ou renegociarem seus débitos. A lei prevê liquidação com até 85% de desconto ou renegociação a partir da avaliação de cada caso.

Os parlamentares pretendem ainda estender os benefícios a todos os municípios de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e não apenas aos que tenham decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, como determina a lei atualmente.

Mapa pretende alcançar R\$ 1 bilhão para o seguro rural em 2016 – MAPA. 15/12/2015.

Estimativa é que a área coberta chegue a 20 milhões de hectares.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou nesta terça-feira (15) que o seguro agrícola para o clima poderá alcançar R\$ 1 bilhão em 2016, cobrindo 20 milhões de hectares. Parte dos recursos poderá vir da venda dos estoques de milho e café pela União.

A informação foi divulgada pela ministra durante coletiva de imprensa nesta manhã, na qual fez um balanço da gestão de 2015 e apresentou perspectivas para 2016.

Kátia Abreu disse que o Orçamento de 2016 deverá trazer R\$ 850 milhões para o seguro agrícola, sendo que R\$ 400 milhões já estão previstos para esse fim, R\$ 350 milhões serão deslocados da rubrica de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - que não foi utilizada integralmente em 2015 - e R\$ 100 milhões virão de emendas parlamentares. Esses valores, segundo a ministra, foram negociados com a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) no Congresso Nacional e tem apoio do relator do Orçamento, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Para alcançar R\$ 1 bilhão, o Mapa estuda formas viáveis de alocar crédito sem prejudicar as políticas de ajuste fiscal. Por isso, deverá pedir um crédito suplementar ao Tesouro Nacional, mediante a venda de grãos armazenados.

“Para alcançarmos nossa meta, precisaremos de crédito suplementar de R\$ 150 milhões. Estamos pensando em como ajudar o país, porque não adianta só querer recursos e não viabilizar. Nessa busca por uma fonte, vimos que a venda de estoques que temos atualmente complementaria esse valor com folga”, disse a ministra.

Estoques

Kátia Abreu esclareceu que o Brasil não tem necessidade de manter grandes estoques de alimentos por longos períodos de tempo, uma vez que não apresenta risco de insegurança alimentar. A Secretaria de Política Agrícola do Mapa passará a adotar a estratégia de comprar estoques de alimentos apenas para regular preços, assinalou.

“Nossa produção nacional é muito grande. Para que manter grandes estoques se não temos risco de falta de alimentos? Pretendemos vender nos momentos adequados, eliminando inclusive a despesa anual de R\$ 200 milhões que a União tem em manter esses estoques”, argumentou a ministra.

O secretário de Política Agrícola, André Nassar, comemorou a recuperação da credibilidade do seguro agrícola em 2015, o que permitirá a retomada do crescimento do programa no próximo ano.

“Nosso cálculo é de que o seguro rural de clima deveria ser capaz de atender 30 milhões de hectares, que é metade da área rural plantada no Brasil. Com R\$ 1 bilhão para o programa, conseguiremos alcançar 20 milhões de hectares, ou seja, dois terços dessa demanda”, explicou o secretário.

Pré-custeio

Kátia Abreu afirmou ainda que o Mapa trabalha para oferecer crédito de pré-custeio aos produtores rurais em 2016. “Não podemos deixar o pré-custeio falhar, vamos lutar por ele.”

André Nassar disse que o pré-custeio é uma das principais metas da Secretaria de Política Agrícola para 2016 e que já começou a tomar as providências para isso. “Essa ferramenta fará parte dos recursos disponíveis. Faremos ajustes para ter dinheiro novo no momento certo, que é de março até junho, no máximo”, ressaltou o secretário.

Melhoria na qualidade do gasto público gerou economia de R\$ 370 mi ao Mapa – MAPA. 15/12/2015.

Ministério deslocou recursos para áreas prioritárias, como defesa agropecuária.

Medidas de gestão adotadas ao longo deste ano geraram economia de R\$ 370 milhões ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A informação foi divulgada nesta terça-feira (15) durante coletiva de imprensa, na qual a ministra Kátia Abreu fez um balanço deste ano e apresentou perspectivas para 2016.

A fim de melhorar a qualidade do gasto público e direcionar mais recursos para as áreas finalísticas do ministério, a Secretaria Executiva reduziu contratos terceirizados, cortou em 50% a despesa com diárias e passagens, economizou em telefonia e em despesas administrativas das superintendências estaduais e leilou parte de sua frota, arrecadando R\$ 19,5 milhões com a venda de 889 carros considerados pouco aproveitados.

Além disso, a fusão do Mapa ao Ministério da Pesca e Aquicultura representa economia de R\$ 243,7 milhões, com o fim da locação do imóvel que funciona como sede do Ministério da Pesca, redução de contratos de tecnologia da informação e corte de convênios e transferências.

O montante de R\$ 370 milhões economizado foi realocado para as áreas prioritárias da pasta, como defesa agropecuária e subsídio ao crédito agrícola. “No momento em que reduzimos o orçamento, ele pode ser movimentado para a área finalística, fortalecendo nossas ações na área de defesa agropecuária e em crédito”, afirmou a secretária-executiva Maria Emilia Jaber.

Kátia Abreu disse que o deslocamento de recursos para a atividade fim do Mapa é uma das principais conquistas de sua gestão em 2015. Ela também destacou os avanços em defesa agropecuária e a abertura de mercados internacionais a produtos agropecuários brasileiros.

A ministra explicou que a maior qualidade do gasto minimizou o impacto do ajuste fiscal no Mapa. O contingenciamento imposto ao ministério foi de R\$ 566 milhões. Com a economia dos R\$ 370 milhões, porém, a redução efetiva de recursos foi de R\$ 196 milhões.

“Se abatermos do ajuste o que nós deslocamos para outras áreas do ministério, vemos que o corte verdadeiro foi de R\$ 196 milhões. Nosso objetivo é reter despesa desnecessária para melhorar a qualidade do gasto público”, afirmou Kátia Abreu.

Maria Emília Jaber também destacou a execução do orçamento do ministério, que até 10 de dezembro foi de 98%. “Até o fim do mês, chegaremos a 100%”, comemorou. A pasta ainda liquidou 87% de restos a pagar pendentes de outros anos.

Luís Eduardo Pacifici Rangel é o novo Secretário de Defesa Agropecuária – MAPA. 15/12/2015.

O novo secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luís Eduardo Pacifici Rangel, foi nomeado pela ministra Kátia Abreu, nesta terça-feira (15). Rangel é fiscal federal agropecuário e ocupava o cargo de diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do ministério. Para o lugar dele, ainda não há definição. O ex-secretário de Defesa Agropecuária, Décio Coutinho, se aposentou.

A vez dos grãos na pecuária do Brasil – Valor Econômico. 15/12/2015.

Quase cinco décadas mais tarde, o Brasil deve trilhar o mesmo caminho adotado por Estados Unidos e Austrália para impulsionar a produtividade de sua pecuária, hoje muito aquém dos padrões dos dois principais concorrentes no mercado global de carne bovina.

Usinas de cana da Noble fazem acordo com MPT – Valor Econômico. 16/12/2015.

As usinas de cana-de-açúcar da Noble (atual NobleAgri) fez um acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) por meio do qual vai destinar R\$ 1,5 milhão a entidades sem fins lucrativos e em benefício de seus empregados. O acordo, homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, põe fim à ação civil pública movida pelo MPT, na qual a empresa era acusada de fraudes no registro de ponto de funcionários.

A empresa, que possui unidades em Catanduva, Meridiano, Potirendaba e Sebastianópolis, destinará R\$ 280 mil à Associação dos Ostromizados de Campinas e Região (OSTOCAMPRE) na forma de bens e para o término da obra de ampliação da entidade; realizará a doação de 120 leitos ao Hospital “Lar Santa Catarina”, em Jaci (SP), gerido pela Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Jesus, com investimento de R\$ 539.280,00; e fornecerá um motor gerador no valor de R\$ 151.807,00 também ao “Lar Santa Catarina”.

Além disso, a empresa se comprometeu a investir R\$ 300 mil em um programa de prevenção e tratamento dentário em benefício de seus 5.924 empregados e 16.587 dependentes nas cidades de Catanduva, Potirendaba, São José do Rio Preto, Sebastianópolis e Votuporanga.

Ficou definido no acordo a obrigação da Noble S/A de efetuar o registro de ponto eletrônico dos seus empregados, sob pena de multa estabelecida na decisão.

CNA considera retrocesso mudanças no Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural para o Triênio 2016/2018 – CNA. 16/12/2015.

Brasília (16/12/2015) - A decisão do governo de alterar as regras do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural para o triênio 2016/2018, reduzindo os percentuais de subvenção por cultura e oferecendo subvenção a produtos de baixo nível de cobertura, preocupa a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Em ofício encaminhado aos ministérios que compõem o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (Agricultura, Fazenda e Planejamento), o presidente da Confederação, João Martins, assinala que as “reduções dos percentuais de subvenção ao prêmio do seguro rural implicam elevação expressiva dos custos de produção, especialmente nas regiões em que o seguro é instrumento de gestão de riscos já consolidado”.

Nota Técnica elaborada pela Comissão Nacional de Política Agrícola, da CNA, destaca que as mudanças nas normas do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), para o triênio 2016/2018, são prejudiciais aos produtores. O texto mostra que as alterações impactam negativamente o mercado de seguros agrícolas, pois “impedirão que muitos produtores rurais de trigo, milho segunda safra, feijão e frutas tenham acesso ao seguro agrícola”. Para essas culturas, a taxa do seguro é bastante elevada, e, com a redução da subvenção, a contratação das apólices se tornará praticamente inviável, destaca o documento.

Recursos insuficientes - Para o presidente da Comissão de Política Agrícola, José Mário Schreiner, diretor da CNA e também presidente da Federação da Agricultura e Pecuária

do Estado de Goiás (FAEG), “os recursos previstos pelo governo para o seguro rural são claramente insuficientes para atender às demandas dos produtores e podem ameaçar as metas e prioridades da agropecuária brasileira no decorrer dos próximos anos”.

A CNA, disse ele, vai lutar junto ao Congresso Nacional e ao governo para mudar os limites fixados, seja tentando alterar o que está previsto no Orçamento da União de 2016 ou por meio da realocação de verbas de outras áreas que possam reforçar a subvenção do seguro rural. Mário Schreiner entende que os recursos financeiros para o segmento deveriam ser de até R\$ 1,2 bilhão para o decorrer do próximo ano. Ou seja, mais do que o dobro do fixado pelo governo federal.

Limites de subvenção reduzidos - A Resolução 42, do Conselho Gestor Interministerial do Seguro Rural, define percentuais inferiores de subvenção ao prêmio de seguro rural por atividade e cultura em comparação aos níveis praticados no PSR desde 2005. A subvenção, que até este ano variava entre 40% e 70% do valor do prêmio, será reduzida, a partir de 2016, para um intervalo entre 30% e 45%.

Com esse modelo, alerta ainda a CNA, o produtor será obrigado a arcar com muito mais recursos financeiros para conseguir adquirir o seguro rural, e, em muitos casos, “ficará inviável a contratação das apólices”. A Nota Técnica mostra que, no caso das frutas, houve redução para 45%, no triênio 2016/2018, na subvenção, contra um percentual de 60% que vigorou em 2015.

Produtores de grãos também prejudicados - Os produtores de grãos também foram prejudicados. Estes, que até 2015 contratavam o seguro agrícola com subvenção de 70%, nas operações com o trigo, e de 60%, para o milho safrinha e o feijão, tiveram a subvenção redefinida para limites entre o mínimo de 30% até o máximo de 45%. São percentuais incompatíveis e incapazes de dar segurança ao produtor rural.

Diante dessa proposta, segundo ainda a Nota Técnica da CNA, o produtor que contratar o seguro rural nessas condições terá de “desembolsar de 70% a 55% da taxa total do prêmio, quando antes pagava 30% do prêmio total, ficando a subvenção em 70%”. Sendo assim, a CNA vai continuar lutando para alterar tais parâmetros como forma de evitar turbulência no setor agropecuário.

Acesse a Nota Técnica da CNA Nº 68 sobre as mudanças nas regras do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR) para o período 2016 a 2018, consubstanciadas no Plano Trienal do Seguro Rural 2016 a 2018 e seus impactos sobre o setor agropecuário:
<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/15.12%20-%20Nota%20T%C3%A9cnica%20-%20Seguro%20Rural.pdf>

Refrigerantes e refrescos podem ter mistura de açúcar e adoçante – MAPA. 17/12/2015.

Medida do governo foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira.

A partir de agora, bebidas como refrigerantes, refrescos e xaropes poderão ter na sua composição uma mistura de açúcar e do chamado edulcorante (aspartame, ciclamato de sódio ou stevia). Antes, essa mistura só era permitida para o preparado sólido para refresco, também conhecido como refresco em pó. A medida foi publicada nesta quinta-

feira (17), no Diário Oficial da União, pela Presidência da República. Para o coordenador-geral de Vinhos e Bebidas do Ministério da Agricultura, Elder Borges, com a medida, o consumidor terá mais opções no mercado. “Ele poderá comprar um produto com menos sabor de adoçante e, ao mesmo tempo, menos calorias”, comenta.

Comissão Mista de Orçamento aumenta em 110% recursos para seguro rural em 2016 – MAPA. 17/12/2015.

Programa de subvenção contará com R\$ 841 milhões para apoiar produtores.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou nessa quarta-feira (16) R\$ 841 milhões para o Programa de Subvenção ao Seguro Rural de 2016, aumentando em 110% a previsão inicial da proposta orçamentária do Executivo. Serão milhares de produtores rurais beneficiados com esse crescimento do orçamento do programa.

A garantia dos recursos é uma vitória dos agricultores e da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). Nos últimos dias, os produtores e a FPA intensificaram as negociações e receberam o apoio dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, que autorizaram o remanejamento verbas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para o próximo ano.

A operação é resultado do empenho do relator da CMO, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e do deputado Luiz Carlos Henzie (PP-RS), que compreenderam a grande relevância do seguro rural para os agricultores brasileiros.

Do total de R\$ 841 milhões, R\$ 400 milhões são da proposta orçamentária do Executivo e outros R\$ 350 milhões virão do remanejamento da ação orçamentária Subvenção Econômica para a Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, um dos componentes da Política de Garantia de Preços Mínimos. Os R\$ 91 milhões restantes foram assegurados por emendas do deputado Ricardo Barros.

Ministra da Agricultura promove assessor cuja nomeação causou polêmica. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 17/12/2015.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, promoveu o servidor Célio da Costa Lopes ao cargo de assessor especial do gabinete do ministro da Pesca, área que foi reincorporada à Agricultura na reforma promovida pela presidente Dilma na Esplanada dos ministérios. Lopes é cabeleireiro de profissão, mas no início do ano assumiu cargo comissionado no cerimonial do ministério e trabalhava no próprio gabinete da ministra. A mudança de cargo foi divulgada na edição de hoje do “Diário Oficial da União”.

Com a promoção, Lopes deixa de receber salário de R\$ 4,68 mil (cargo DAS 3), segundo o Portal da Transparência, e passa a receber R\$ 8,5 mil (cargo DAS 4) – os valores não incluem eventuais gratificações. Ele é natural de Gurupi, no Tocantins, reduto eleitoral de Kátia Abreu, e foi indicado pessoalmente pela ministra. Na época, a nomeação gerou desconforto entre funcionários da Pasta, mas a ministra destacou a honestidade de Lopes para justificar a escolha. Procurada, a ministra não quis comentar a promoção.

Intempéries no RS prejudicam safra de pêssego. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 17/12/2015.

Uma sucessão de condições climáticas desfavoráveis para a produção de pêssego no Sul do Brasil nos últimos meses tem prejudicado a oferta nacional, mas a fraqueza do mercado interno deve manter até mais baixos os preços de uma das frutas preferidas nas ceias de Natal e Ano Novo.

Responsável por mais da metade do pêssego comercializado no entreposto da Ceagesp na capital paulista e por quase 60% da produção nacional, o Rio Grande do Sul passou por um período mais quente que a média entre julho e agosto e registrou geadas em setembro. Para piorar, o El Niño ganhou força nos últimos meses e aprontou poucas e boas com o clima da região, provocando chuvas bem acima da média.

"Como o pêssego é uma espécie de clima seco, a umidade excessiva vai afetar o resultado da produção", diz Antonio Conte, técnico de fruticultura da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Rio Grande do Sul.

O técnico evita traçar uma estimativa para o volume da fruta que deve ser colhido nesta temporada no Estado, mas relata que alguns produtores começaram a colheita projetando uma quebra de 30% na safra e chegaram a prever uma redução de 50% na produção de variedades precoces como a chimarrita, após as geadas de setembro.

Não há um levantamento sobre o total colhido na última safra, mas sabe-se que a produção colhida entre 2013 e 2014 ficou próxima de 125 mil toneladas.

De acordo com Conte, o resultado da safra atual ainda dependerá dos próximos passos da colheita. "Se o tempo ficar bom, talvez a queda fique em 30%", sinalizou. Porém, as chuvas previstas para os próximos dias podem provocar mais perdas nos pomares. Até o último dia 10, os produtores já haviam colhido cerca de 40% da safra, e a expectativa é que os trabalhos se encerrem em meados de janeiro - mais cedo que o normal, no início de fevereiro.

A redução da oferta, entretanto, não é crítica. Uma grande rede varejista que preferiu não se identificar informa que não tem enfrentado dificuldades para encontrar pêssego no atacado. "A redução da oferta não foi tão acentuada e a qualidade foi preservada", acrescenta Flavio Godas, economista da Ceagesp.

Além disso, com uma demanda interna enfraquecida, os preços têm oscilado abaixo dos patamares do ano passado. O pêssego dourado, de polpa e cascas amarelas, foi negociado por R\$ 2,50 em média na Ceagesp nos 15 primeiros dias de dezembro, 62% mais barato que no mesmo período do ano anterior. A variedade chimarrita, com casca vermelha e polpa branca, ficou em média por R\$ 3,54 no mesmo período, 7% menos que no mesmo período de 2014.

As importações também têm assegurado um nível confortável de oferta de pêssego no mercado doméstico. Entre os meses de janeiro e novembro, o Brasil importou 13% mais pêssego que no mesmo período do ano passado. Foram 11 mil toneladas, a um preço médio 9% mais baixo.

Como resultado, os pêssegos importados foram negociados de janeiro a novembro a valores 18% mais baixos do que em 2014, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf).

No mercado, a expectativa é que a procura pela fruta aumente conforme se aproximam as festas de fim de ano, o que pode sustentar os preços nos próximos dias. "Sempre há um aumento na segunda quinzena", afirma Godas.

FAEG organiza missão técnica para fruticultores em 2016 – CNA. 17/12/2015.

Assuntos como o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo, além de novas estratégias, que envolvem realizar uma missão técnica para produtores e especialistas ligados à fruticultura e citricultura goiana, estiveram em pauta na última segunda-feira (14), durante reunião da Comissão de Fruticultura da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG). O encontro foi comandado pelo presidente da comissão, Wagner de Barros e pelo assessor técnico da Federação, Alexandro Alves.

De acordo com Wagner Barros, a realização das missões técnicas terá como principal objetivo conhecer modelos que são referências no setor. “Através da parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), buscaremos em 2016 levar produtores e técnicos aos estados do Paraná e de Pernambuco com o intuito de incentivar e mobilizar a criação de modelos de referência para Goiás, na área da fruticultura e citricultura”, disse. Os estados são conhecidos como referências no país nas duas áreas.

Para o assessor técnico, Alexandro Alves, o primeiro passo é formalizar um documento junto ao Sebrae e consultar as entidades ligadas ao associativismo e cooperativismo no estado para fazerem o convite aos produtores. “A ideia é fazer a cada ano essa missão de interação e fortalecimento da cadeia em Goiás”, destacou.

Demandas

Outros assuntos como a consolidação das entidades já estabelecidas para incentivar a criação de novas associações ligadas ao setor, além de detalhar o 2º Encontro Goiano de Fruticultores para o próximo ano, também estiveram em pauta durante a reunião.

Presenças

Estiveram presentes na reunião, o presidente da Associação Goiana dos Citricultores (Agocitros), Almir Bastos; Glauber Pires; representante da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), Mariza Mendanha e Jorge do Nascimento.

Nova era para Assistência Técnica e Extensão Rural. Site do MDA. 17/12/2015

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, deu posse nesta quinta-feira (17), em Brasília, ao presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Paulo Guilherme Cabral, e ao Conselho Administrativo da agência.

“Estou muito feliz em participar deste momento histórico para Ater brasileira. A Anater vem para consolidar a integração da Ater com a pesquisa, com o ensino, e potencializar a ação de um universo de mais de 30 mil agentes de assistência técnica e extensão rural.

Ela abre novas possibilidades para que o Brasil eleve e aprofunde na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável”, afirmou o ministro.

O recém-empossado presidente da agência, Paulo Guilherme Cabral, lembrou a trajetória da Ater, na última década no Brasil, e sua contribuição para que o país saísse do Mapa da Fome da ONU. “Nos últimos dez anos, ocorreu um processo de reconstrução dos serviços de Ater no país, com a participação dos governos estaduais e da sociedade civil, apoiado pelo crescimento das políticas voltadas à agricultura familiar. Se o Brasil saiu do Mapa da Fome, é porque tem agricultores familiares produzindo. E se tem produção, é porque tem Ater”, disse Cabral.

Para Alessandra Lunas, secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e suplente no Conselho Administrativo da Anater, a agência tem a responsabilidade de gerar paridade na assistência. “Sabemos o que significa entrar na propriedade rural com o olhar para o papel das mulheres no campo. Acreditamos que essa nova Ater saiba dos desafios e a importância para um olhar atento”.

Mais alimentos

Em seu discurso, Patrus realçou a importância de se produzir alimentos saudáveis e em quantidade e qualidade necessárias para se atender a todo o país. “Está entre as prioridades do MDA a agroecologia, a produção de comida de verdade. Ao contrário do que muita gente pensa, agroecologia não se limita àquela produção de quintal. O país tem que produzir esses alimentos saudáveis para seu povo, em quantidade e qualidade suficientes”, salientou ao afirmar que isso será possível com a ajuda de uma Ater capacitada, com apoio de pesquisas e tecnologias.

A Anater está sediada no Palácio da Agricultura, em Brasília.

Anater

Criada pela Lei 12.897 de 18 dezembro de 2013 e oficializada por meio do Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, a Anater, por ser uma paraestatal, vem para dar celeridade administrativa e agilidade nas contratações.

Entre as atribuições da Anater estão credenciar entidades públicas e privadas; qualificar profissionais de assistência técnica e extensão rural; contratar e disponibilizar serviços; transferir tecnologia, pesquisas; monitorar e avaliar resultados; acreditar as entidades quanto a qualidade do serviço prestado.

O MDA, enquanto gestor da Política Nacional de Ater, preside o Conselho de Administração da ANATER. O conselho é formado por representantes do Poder Executivo e de quatro entidades representantes da sociedade civil. São eles: ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Planejamento, Orçamento e Gestão; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e representantes de governos estaduais.

Mais inovação na agricultura familiar. Tássia Navarro. Site do MDA. 17/12/2015

Aumentar a produtividade, melhorar a renda no meio rural, ampliar o acesso dos agricultores à inovação tecnológica e promover o desenvolvimento sustentável no campo, além de ampliar o acesso da população rural às políticas públicas. Este é o papel da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) que inicia suas atividades, neste mês de dezembro.

Entre as atribuições da Agência, conforme antecipa o presidente da Anater, Paulo Guilherme Cabral, estão o credenciamento de entidades responsáveis pela prestação de serviços de Ater e a formação de técnicos para que as tecnologias cheguem ao agricultor. A Agência funcionará como um serviço social autônomo. Será composta por um conselho administrativo formado pelos presidentes da Anater e da Embrapa, além de representantes do Poder Executivo e de quatro entidades de produtores rurais. O projeto de lei para a criação da Anater foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2013. Quando a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) começa a funcionar?

Esse processo foi concluído, ontem (17), com a realização da primeira reunião do Conselho de Administração com a apreciação do estatuto e do contrato de gestão. Essas são as duas peças que concluem o processo de implantação da agência. A partir dessa reunião do Conselho de Administração, o estatuto tem que ser registrado em cartório, será feita a inscrição do CNPJ e assim a Anater ganha sua identidade, sua personalidade jurídica própria. Somado ao contrato de gestão, que é o contrato estabelecido entre a agência e a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ela tem os recursos para começar suas atividades.

Como foi o processo de criação da Anater?

Na verdade esse processo vem desde a realização da I Conferência Nacional de Ater, desde a edição da Política Nacional de Ater (Pnater), que é anterior a 2010, ainda do governo Lula. É um processo crescente onde se revelou a necessidade da criação da agência, a partir do incremento e do aumento dos recursos destinados a contratação desse serviço. Então, desde o surgimento do MDA, no primeiro mandato do Lula e da transferência do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) para o ministério, configurou-se ali uma intenção do governo Lula e, mantida e ampliada pela Dilma, de maior apoio a realização de Ater.

A execução desse serviço, o recurso destinado foi multiplicado dez vezes do governo Lula para o Governo Dilma. Isso significa que foi um crescente de iniciativas que levou a necessidade da edição da Pnater, em 2010, depois o reconhecimento de criar a agência e a edição dessa lei específica que autoriza a criação da Anater e, depois a edição do decreto que autoriza a implementação da agência.

Esse é um processo que vem sendo feito passo a passo, em discussão com a sociedade, e mostra o convencimento do próprio governo da necessidade de melhorar a qualidade do gasto público destinado à Ater. Agora, demorou porque foi um processo de construção, de diálogo com a sociedade, de convencimento do próprio governo da necessidade de aperfeiçoar esses instrumentos de contratação do serviço. Se sentiu a necessidade da criação de uma agência que pudesse se dedicar a operacionalização da Política Nacional de Ater implementando orientações, estratégias e diretrizes elaboradas pelos ministérios que são os contratantes do serviço de Ater.

Já existe um quadro de servidores e diretoria?

Algumas questões da direção, em nível estratégico da Anater são especificadas pelo decreto de implementação que define a composição da diretoria. São quatro diretorias, presidente, administrativo, técnico e de transferência de tecnologia. Os servidores serão contratados, a partir do que estabelece o contrato de gestão feito com a União.

A Anater representa uma mudança qualitativa na assistência técnica do Brasil, qual é sua expectativa em relação ao trabalho da agência?

Essa questão de contratar, medir e pagar com o resultado fará toda a diferença no serviço de Ater prestado aos agricultores familiares. Primeiro, teremos que desenvolver instrumentos próprios de contratação que nos permita sair de um processo que hoje é baseado na contratação de esforço, em atividades de Ater, para um contrato que estabeleça indicadores de resultados que iremos contratar. Então, para isso, os dois agentes principais desse serviço, que são os próprios extensionistas e os agricultores, serão fortalecidos, terão um papel de maior destaque ainda. Porque para que a gente possa alcançar resultados é preciso que esses profissionais e as suas empresas, sejam públicas ou privadas, estejam de fato preparadas, confiando de que consigam obter esses resultados. Sendo assim, essa pactuação, essa construção de indicadores, de metas e resultados requer um aperfeiçoamento dessa relação entre extensionista e agricultor, porque ele é um ator central nesse processo da obtenção de resultados.

Isso muda alguma coisa para o extensionista?

Muda muito, porque o trabalho dele deixará de ser avaliado simplesmente porque ele fez três visitas técnicas ao ano, por exemplo, mas, sim por saber se houve transferência de tecnologia, estímulo de mudança da produção para agroecologia, se houve estímulo para que as mulheres sejam envolvidas no processo produtivo. Ou seja, um conjunto de indicadores estabelecidos e que tenham, inclusive, uma referência no território, na área de atuação daquele profissional. Então, quando for estabelecer o contrato, nós temos que saber qual é a situação daquele indicador no presente momento, qual a nossa expectativa para a duração do contrato, como vai evoluir esse indicador. Isso está diretamente relacionado ao trabalho do extensionista, porque na agroecologia, que é uma área nova, por exemplo, ele tem que estar preparado e capacitado, ser seguro e ter domínio técnico suficiente para apoiar o produtor na transição para a produção agroecológica.

Como você vê a Conferência de Ater?

Em princípio, enxergamos que a Conferência vai atualizar demandas específicas que serão fortes subsídios e muito bem-vindas nessa fase de implantação da Anater. Vemos com muito bons olhos e vamos nos debruçar e nos envolver. Temos uma expectativa muito grande de que a Conferência vai nos ajudar muito. Nossa visão é muito positiva dos resultados e contribuições que a Conferência trará para o fortalecimento do serviço de Ater prestado no país.

Como a Anater vai funcionar a partir de 2016?

O que nos dá referência do que precisamos desenvolver está no próprio decreto de instalação, há algumas coisas, inclusive com prazos, já que a agência tem entregas, e o contrato de gestão também. Ele formaliza o que o decreto estabeleceu e faz a relação

contratual da União, representada pelo MDA, para a agência. A Anater tem um conjunto de compromissos estabelecidos por meio desse contrato de gestão que temos que entregar. Nossa forma de trabalho é muito focada em resultados. A agência, além de contratar resultados, está sendo, ela própria, contratada por resultados.

Agricultores familiares vendem produtos para Forças Armadas. Site do MDS, Publicado em 17/12/2015

Cooperativa do Distrito Federal estima receber R\$ 900 mil com a comercialização de alimentos para o mercado institucional

Brasília – Os agricultores familiares que participam da Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (Cootaquara), no Distrito Federal, vão começar o ano de 2016 com muito trabalho. Eles e outros quatro empreendimentos da agricultura familiar foram selecionados pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas para fornecer hortaliças, verduras e legumes por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O presidente da cooperativa, Maurílio César Oliveira Cardoso, avalia que a modalidade Compra Institucional é um bom canal para a comercialização dos produtos. Com a venda programada até novembro de 2016, a cooperativa poderá receber até R\$ 900 mil, o que vai gerar um acréscimo de 8% no faturamento. “É muito interessante conquistar mais este mercado porque é uma venda garantida, tanto pela compra como pelo recebimento”, destaca.

A Cootaquara é formada por 253 agricultores que já vendem parte de sua produção para outras modalidades do PAA e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Criada em 2001, a cooperativa também comercializa, por mês, 400 toneladas de produtos para grandes mercados em Brasília, Goiânia, Tocantins, Belém e Manaus.

Restaurantes - A compra feita pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas vai atender a demanda dos restaurantes do ministério, na Esplanada dos Ministérios, e das seguintes organizações militares, em Brasília: Marinha (Hospital Naval, Comando do 7º Distrito Naval, Grupamento de Fuzileiros Navais e Estação de Rádio, Centro de Instrução e Adestramento), Exército (Quartel General do Exército) e Força Aérea (Grupamento de Apoio).

Criada em 2012, a Compra Institucional abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, com dispensa de procedimento licitatório.

A partir de janeiro de 2016, os órgãos federais (administração direta e indireta) devem destinar, no mínimo, 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para a compra de produtos da agricultura familiar. Estima-se que, com a medida, seja aberto um mercado potencial de mais de R\$ 1,3 bilhão em todo o país.

Quem compra As compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Quem vende Agricultores e agricultoras familiares,

assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As cooperativas e outras organizações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite por unidade familiar. Execução Até o momento, aproximadamente 90 organizações da agricultura familiar já venderam R\$ 108,7 milhões em produtos na modalidade. Pela modalidade, cada família pode vender R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os principais produtos comercializados são itens de hortifruti, grãos, laticínios, convencionais e orgânicos.

PAA: agricultores familiares recebem R\$ 25,4 milhões em dezembro. Site do MDS, Publicado em 18/12/2015

Famílias comercializaram seus produtos na modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está repassando R\$ 25,4 milhões para os agricultores familiares que venderam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No total, 12,3 mil famílias serão beneficiadas neste mês. Os produtos foram comercializados na modalidade Compra com Doação Simultânea.

No município de Palmeira dos Índios (AL), 61 agricultores familiares vão receber, em dezembro, quase R\$ 173 mil. Segundo o secretário municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Paulo Henrique Nogueira Lopes, o PAA é a certeza de produtos de qualidade. “O programa está em pleno desenvolvimento na nossa cidade e serve até como modelo para outras do estado”, disse.

Lá, a implantação do programa teve duas etapas. Na primeira, com investimento de R\$ 480 mil, o programa beneficiou 110 agricultores familiares e 15 instituições socioassistenciais. Já na segunda fase, que termina em fevereiro de 2016, o PAA está beneficiando 130 agricultores e 29 instituições, com investimento de R\$ 670 mil.

Direto na conta - O pagamento do PAA é feito todo mês, permitindo que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos. O dinheiro é depositado diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do programa ou utilizá-lo em operações de débito.

Os produtos adquiridos pelas prefeituras e estados são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e nas instituições públicas ou filantrópicas de ensino.

Obras na Estação de Cananéia receberão mais R\$ 2 milhões- MAPA. 18/12/2015.

Reforma permitirá que local abrigue até 600 suínos importados para reprodução.

A Estação Quarentenária de Cananéia (EQC), no estado de São Paulo, receberá mais R\$ 2 milhões para a reforma e ampliação da área de suínos importados para fins de reprodução. As obras nessa unidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) já estão em andamento e a previsão é que estejam concluídas até o final de 2016.

Os recursos para investir na reforma em Cananéia são provenientes de acordo de cooperação entre o Mapa e duas entidades do setor privado: Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) e a Associação Brasileira das Empresas de Genética de Suínos (Abegs). Com a obra, o local poderá ser usado para abrigar até 600 suínos.

Na primeira etapa das obras, em 2013, foram investidos cerca de R\$ 1,2 milhão. Com os investimentos da segunda fase, o montante total da obra chegará a R\$ 3,2 milhões.

Segundo o diretor do Departamento de Saúde Animal (DSA) do Mapa, Guilherme Marques, a estação é a única autorizada no país para receber animais vivos importados por empresas de genética suína. “A nova etapa da obra vai proporcionar mais segurança ao Brasil contra doenças exóticas e proteger o status sanitário brasileiro.”

Antes de chegar ao Brasil, os animais têm que passar por um período de quarentena nessa unidade para evitar a entrada de doenças no país.

A unidade do Mapa fica em uma área de 1.510 hectares na ilha de Cananéia, no litoral sul de São Paulo, a cerca de 264 quilômetros da capital. A estação tem capacidade para abrigar por ano até 3 mil suínos e até 900 aves ornamentais.

De 2009 a 2012, a estação recebeu bovinos para quarentena de embriões importados da Índia.

Nas décadas de 1970 a 1990, bovinos, avestruzes, lhamas e alpacas passaram por um período de quarentena. Naquela época, as quarentenas eram para fins de exportação.

Clima adverso elevou preços de frutas e hortaliças em novembro – Valor Econômico. 18/12/2015.

Os preços das hortaliças e frutas comercializadas nas principais centrais de abastecimento do país registraram alta em novembro, conforme estudo feito pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o estudo, culturas como tomate, cebola e batata foram influenciadas pelas temperaturas elevadas e fortes chuvas nas principais regiões produtoras do país. A maior elevação nas capitais pesquisadas foi de 107,5% para a cebola em Curitiba (PR).

A alface também apresentou alta nos entrepostos pesquisados, com elevação máxima de 91% também em Curitiba, reflexo da queda na oferta do produto devido às constantes chuvas em novembro.

No caso das frutas, a demanda aquecida contribuiu para impulsionar os preços. A maçã foi a fruta que apresentou a maior elevação, na comparação com outubro: 34,6% em Campinas (SP). O excesso de chuvas no Sul do país também prejudicou a produtividade

da banana, levando à diminuição da área plantada. Assim, em Curitiba, a banana foi cotada a um preço médio 40% superior ao de outubro.

A laranja foi a única fruta que apresentou ligeira queda de preços, uma vez que a oferta se manteve firme no último mês. Entretanto, a queda não ultrapassou 3,1%, nível verificado na Ceasa do Rio de Janeiro.

Eventos climáticos elevam os preços de frutas e hortaliças – CONAB. 18/12/2015.

As hortaliças registraram alta nos preços comercializados nas principais centrais de abastecimento do país, no mês de novembro. É o que aponta análise divulgada nesta sexta-feira (18), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) sobre os preços de comercialização no atacado dos principais produtos hortigranjeiros.

O estudo, feito pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort) da Companhia, revela que as culturas de tomate, cebola e batata foram influenciadas pelas temperaturas elevadas aliadas às fortes chuvas que incidiram nas principais regiões produtoras do país. Essa conjuntura prejudicou a quantidade e a qualidade dos produtos ofertados no mês de novembro deste ano, ocasionando alta de preços. A menor elevação foi de 16,7%, para o tomate, e o maior aumento foi de 107,5% para a cebola nas capitais pesquisadas. A cenoura acompanhou o comportamento e chegou a apresentar elevação de até 23% em alguns mercados.

Já as variações de preços de alface são típicas de cada mercado, uma vez que a produção da folhosa está localizada sempre mais próxima dos centros de consumo. Apesar dessa especificidade, a hortaliça apresentou alta nos entrepostos pesquisados, com elevação máxima de 91% em Curitiba, reflexo da queda na oferta do produto devido às constantes chuvas ocorridas durante o mês de novembro.

Frutas – A alta demanda por frutas impulsiona os preços comercializados para cima, mesmo com uma maior oferta disponibilizada pelos produtores. Outro fator que influencia a subida de preços é o favorecimento das exportações com o dólar em patamar elevado, o que diminui a oferta de produtos no mercado interno.

A maçã foi a fruta que apresentou maior elevação quando comparada com outubro. A alta chegou a 34,6% em Campinas. As fortes chuvas, que levaram à redução da colheita do produto, e a continuidade da alta do dólar colaboraram para o aumento dos custos de produção e favoreceram a exportação, contribuindo para a alta registrada.

O excesso de chuvas nas regiões produtoras no Sul do país também prejudicou a produtividade da banana, acarretando na diminuição da área plantada. Já em Minas Gerais e no sul da Bahia, a escassez de chuva influenciou na menor demanda do produto nos entrepostos.

Os altos custos de produção e as exportações elevadas são os principais fatores que influenciam na menor oferta do mamão no país, o que pressiona para cima os preços de comercialização da fruta. A melancia não apresentou comportamento uniforme. Já a laranja foi a única fruta que apresentou uma ligeira queda nos preços, uma vez que a oferta se manteve forte no último mês.

O levantamento é feito nos principais mercados atacadistas. Em novembro, a análise contou com informações das centrais de abastecimento de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Curitiba. Minas Gerais não teve os dados analisados devido à greve dos

funcionários da Ceasa Minas. Já os dados estatísticos do Espírito Santo, Goiás e do Ceará não foram informados em virtude de problemas operacionais na integração das informações de comercialização no Sistema de Informações dos Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB.

Principal praga da atividade cafeeira, Broca do Café é tema Audiência Pública na Câmara dos Deputados – CNA. 18/12/2015.

Brasília (18/12/2015) – Considerada a principal praga da atividade cafeeira, a broca do café ataca os frutos no período de maturação e tem sido motivo de preocupação constante para os cafeicultores brasileiros. A ausência de defensivos agrícolas, devidamente registrados e eficientes, dificulta o combate da praga e deixa as lavouras vulneráveis aos efeitos negativos de perda de produtividade e de qualidade. Para discutir os impactos causados pela praga no processo de produção até a exportação, a Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública na semana passada com os principais representantes do setor.

A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) esteve presente na reunião e apresentou alguns dados do seu recente estudo que identificou o aumento da incidência de café brocado em cafés torrados e moídos. “A ocorrência de café brocado aumentou desde que o Endosulfan, defensivo mais eficaz no controle da praga, foi banido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em julho de 2013. Isso deixou os produtores reféns dos ataques da broca”, disse o assessor técnico da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fernando Rati (foto abaixo).

Registro de defensivos – Um dos pleitos do setor para combater a broca do café ou diminuir os impactos causados nos grãos é o registro definitivo de defensivos agrícolas. Segundo Fernando Rati, a autorização de novos produtos vai estimular a competitividade e inovação e tornar os preços mais acessíveis. Também vai possibilitar a rotatividade de defensivos para evitar a resistência da praga aos princípios ativos.

Além da CNA, Anvisa e ABIC, também estiveram presentes na audiência pública os representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), da Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (Expocacer) e os deputados Silas Brasileiro (PMDB-MG) e Evair de Melo (PV-ES).

Propostas de mudanças na Lei de Proteção de Cultivares restringe uso de sementes por apenas uma safra – CNA. 18/12/2015.

Brasília (18/12/2015) – A Lei de Proteção de Cultivares (Nº 9.456/97) foi criada para organizar o mercado de variedades de sementes e mudas das diversas culturas e os direitos dos obtentores. Um dos principais benefícios dessa legislação é a liberdade que o produtor tem de comprar a semente (germoplasma), plantar e salvar uma parte delas para os plantios seguintes, independente do número de safras e tamanho da área. A Lei está sendo discutida novamente na Câmara dos Deputados, e, no entanto, uma das principais alterações propostas refere-se à semente salva.

Nesta quarta-feira, dia 16 de dezembro, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT) apresentou o parecer do Projeto de Lei nº 827/2015, do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), que altera a Lei de Proteção de Cultivares. No documento, ele propõe a incorporação de regra que se pretendeu estabelecer por meio da Lei de Sementes (Nº 10.711/2003) que impõe limitações aos agricultores que planejam reservar sementes para uso próprio, restringindo sua utilização apenas à próxima safra.

De acordo com o consultor de Tecnologia da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Reginaldo Minaré, esse comando contido atualmente na Lei de Sementes apresenta dificuldade para ser aplicado, pelo fato de que a Lei de Proteção de Cultivares não impõe esse tipo de limitação à liberdade do agricultor para reservar semente para uso próprio. “A CNA reivindica garantia à manutenção dessa liberdade ao produtor, ou seja, salvar a semente independente do número de safras e tamanho da área”, frisa.

Minaré acrescenta que caso a própria Lei de Proteção de Cultivares reconheça os comandos contidos na estrutura normativa baseada na Lei de Sementes, o agricultor terá sua liberdade restringida. “É preciso modificar o parecer do Projeto de Lei do deputado Nilson Leitão antes que seja votado. Temos que preservar a garantia da reserva de sementes”, finalizou.

O PL Nº 827/2015 ainda precisa passar pela Comissão Especial e Plenário da Câmara dos Deputados antes de seguir para o Senado Federal.

CNA comemora desconto de bandeira vermelha para aquicultores e irrigantes – CNA.18/12/2015.

Brasília (18/12/15) – A Comissão Nacional de Aquicultura da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) comemorou a vitória de um antigo pleito do setor agropecuário: o desconto na cobrança da bandeira vermelha das contas de energia elétrica da aquicultura e irrigantes em todo o país. A lei 13.203/2015 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na última terça-feira, dia 8 de dezembro. A bandeira vermelha é aplicada a todos os usuários de energia elétrica desde janeiro de 2015. A medida aumenta em R\$ 4,50 o custo da energia por cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

De acordo com a assessora técnica da CNA, Lilian Figueiredo, a retirada dessa tarifa é uma reivindicação do setor, pela qual a Confederação se dedicou muito para conseguir. No entanto, observou Lillian, é preciso ainda avaliar quando a retirada da bandeira vermelha terá efetivamente reflexo nas contas de energia, considerando que sua cobrança, sem o desconto, está pesando nos custos dos produtores. “Somente após esta avaliação é que poderá ser feita uma reflexão mais embasada nos efeitos da medida”, frisou.

Para o coordenador da Comissão Nacional de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, a intensificação do uso de insumos agropecuários e irrigação influenciam em 59% na produção de alimentos. “Hoje o Brasil tem uma área irrigada de seis milhões de hectares. No entanto, tem áreas potencialmente irrigáveis de 47 milhões de hectares”, observou. Ele acrescenta que a agricultura irrigada é de extrema importância para o Brasil e para mundo, principalmente levando-se em conta que o nosso país deve ocupar, em futuro breve, posição de destaque entre os principais países produtores de alimentos,

na expectativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

De acordo com a entidade, será necessário aumentar a produção de alimentos em 70% até 2050, período em que a população mundial ganhará mais 2,3 bilhões de habitantes. “Temos área, insolação e água. Só precisamos coordenar o uso eficiente destes fatores, possibilitando a duplicação da área irrigada nos próximos 10 anos, fazendo frente ao desafio de se produzir mais no mesmo espaço e possibilitando um crescimento estimado de R\$ 17,5 bilhões no valor bruto da produção (VBP) do setor”, finalizou.

O sistema irrigado, (técnica utilizada na agricultura que tem por objetivo o fornecimento controlado de água para as plantas em quantidade suficiente e no momento certo, assegurando a produtividade e a sobrevivência da planta), tem apenas 5,6 milhões de hectares de área colhida, com R\$ 19,59 bilhões no VBP e R\$ 4.278,86 o valor do hectare. “Apesar da área de sequeiro ser maior, o sistema irrigado tem potencial para crescer em 47 milhões de hectares, gerando um VBP de R\$ 152 bilhões. A área irrigada gera 110% mais valor bruto da produção que a de sequeiro”, comentou Nelson Ananias.

Do exterior, país é visto como uma potência – Valor Econômico. 21/12/2015.

No exterior, o Brasil é visto como uma grande potência no agronegócio. A grande produção brasileira de alimentos faz jus a essa fama. Mas o quadro atual da economia impõe desafios.

David Barioni: Algo interessante que a gente percebe quando faz as missões fora do Brasil é que a visão que eles têm de nós é de uma grande potência no agronegócio. Daí, algumas dificuldades nos acordos, porque eles sabem que a gente entra com competência.

Tatiana Palermo: Somos os maiores produtores e exportadores de açúcar, detemos 50% do mercado mundial. Em suco de laranja também somos número um na produção e na exportação, [temos] 77% do mercado mundial. [Em] café também, [temos] 29%. [Em] carne de frango [temos] 35% do mercado mundial.

David Barioni: Nós fomos à Rússia numa missão muito boa e o primeiro-ministro falou: "Puxa, não é todo dia que a gente recebe uma grande potência agrícola". Vendemos hoje 10% dos alimentos para a Rússia.

Tatiana Palermo: Somos o maior fornecedor de alimentos para a Rússia, depois da Bielorrússia, que faz parte dos cinco países da União Econômica Euroasiática. Estamos vendendo 82% de toda a carne suína que eles compram e 56% de toda a carne bovina.

David Barioni: Em uma dessas missões a um país da Europa, falamos da situação do Brasil e o presidente daquele país disse: "Vocês não têm guerra, 60 anos atrás vocês não estavam destruídos e são top five em praticamente tudo. Qual é exatamente a crise de que vocês estão falando?"

Eduardo Riedel: Neste momento que o Brasil vive, acho que esse setor tem que irradiar um pouquinho desse sentimento de otimismo. Nossos problemas não são gravíssimos, são problemas conjunturais. Daqui a dois ou três anos estaremos olhando para trás e lembrando como história. Temos pela frente desafios enormes fora do setor e é neles que teremos que entrar, na exportação, na educação, no nivelamento social.

Tatiana Palermo: Nós não temos problemas graves, mas quando temos um problema, nós vivemos aquele problema com muita intensidade. Há pouco tempo conversei com um representante do governo russo e falei que estamos vivendo essa crise. Eles estão vivendo com sanções, com ameaças terroristas e têm a guerra na Ucrânia. Ele disse: "Ah, está tudo bem, a crise passa". Ele está olhando para frente enquanto nós vivemos a crise. Acho que temos que introduzir parceiros estrangeiros para entrarem com o capital e o conhecimento de outros mercados, para produzir mais e exportar mais.

Maior na região Norte, apagão portuário está longe de acabar. Carmen Nery – Valor Econômico. 21/12/2015.

Apesar dos avanços da política portuária brasileira, para as principais entidades do agronegócio e do comércio exterior, o país levará muitos anos para pôr fim ao apagão portuário que prejudica as exportações do setor. Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o apagão atinge, principalmente, a região Norte, por onde seria mais racional o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste e de parte do Nordeste. Todos os anos, a safra precisa descer 2 mil quilômetros de caminhão para os portos do Sudeste.

Em 2014, a produção de soja e milho somou 96,1 milhões de toneladas. Desse total, 19 milhões correspondem ao consumo interno e 12,3 milhões às exportadas escoadas acima do paralelo 16. "Há um excedente de 64,8 milhões de toneladas que tem de descer para os portos de Santos e Paranaguá. Isso representa uma vez e meia a movimentação de 45 milhões de toneladas de carga de Paranaguá e mais da metade dos 114 milhões de toneladas de Santos, os dois maiores portos do país", diz Luiz Fayer, consultor de infraestrutura da CNA.

Para Aloisio Sobreira, diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), trata-se de uma irracionalidade logística que começa a ser corrigida com novos empreendimentos no Arco Norte. Entre eles, estão os novos terminais de grãos Tegram, em Itaquí (MA); ADM, em Vila do Conde (PA); Bunge, em Barcarena (PA); e Cargill, em Santarém (PA). Mas, para Fayer, é pouco para resolver o problema.

"A produção agrícola acima do paralelo 16 (MA, PI, TO, BA, PA, MT) cresce de 3 a 5 milhões de toneladas ao ano. Se acrescentarmos 5 milhões de capacidade ao ano, com o déficit de 64,8 milhões, serão necessários mais de 18 anos para se equilibrar a demanda de terminais", argumenta Fayer. Ele também questiona os investimentos anunciados pela Secretaria Especial de Portos (SEP). "Não adianta apenas anunciar a autorização de novos terminais, porque a construção pode levar de três a cinco anos. Os anúncios não casam com o déficit", afirma Fayer.

A SEP tem divulgado um potencial de investimentos de R\$ 51 bilhões, sendo R\$ 19,68 bilhões em novos terminais privados (TUPs), R\$ 16,26 em novos arrendamentos, R\$ 3,96 bilhões em investimentos públicos em dragagem e R\$ 11,09 bilhões em renovações contratuais. Já foram autorizados 49 TUPs, e há 64 processos de autorização em andamento, sendo 39 TUPs e 25 estações de transbordo. A SEP e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) também analisam 48 processos de renovação, dos quais seis já foram autorizados, somando R\$ 7,14 bilhões de investimentos. Desse total, 25 pedem prorrogação antecipada, condicionada a investimentos de R\$ 11,09 bilhões.

O mercado critica, ainda, o fato de que, por falta de regulamentação para as poligonais, os investimentos privados continuam no papel. Até a Lei 12.815, os portos sempre tiveram uma área de jurisdição ampliada para além das áreas públicas. As novas poligonais visam separar os bens públicos das áreas privadas e liberá-las para implantação de terminais privados. Mas há resistências em vários portos dos atuais operadores, que não querem competição.

"Nos principais portos do país, as autoridades responsáveis ainda não cumpriram o prazo legal, que terminou no dia 6 de junho de 2014", diz Wilen Manteli, presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Hoje o maior imbróglio está no Porto de Paranaguá, onde a poligonal foi barrada por liminares. Entre os contrários à nova poligonal está a TCP, embora não tenha ajuizado nenhuma ação diretamente. Para a empresa, é aconselhável que a definição de uma nova poligonal seja feita após estudos de impactos e discussões com a sociedade civil de Paranaguá, que será afetada pelo projeto.

Para Fayer, outro equívoco é o modelo de licitações baseado em outorgas onerosas, que, na sua opinião, impedirá a isonomia competitiva. Isso porque, os operadores já instalados estão obtendo renovações antecipadas de seus contratos para mais 25 anos, sem precisar pagar nada por isso.

No dia 9 de dezembro, a SEP realizou, na Bovespa, o primeiro leilão de três novos arrendamentos em Santos, arrecadando R\$ 2,066 bilhões. Desse total, R\$ 1,457 bilhão seguirá para os cofres públicos: R\$ 430,6 milhões referentes ao valor da outorga e R\$ 1,027 bilhão de recursos a serem pagos à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) pelo arrendamento ao longo de 25 anos. Os arrendatários farão, ainda, investimentos de R\$ 608 milhões em edificações.

O consórcio LDC Brasil, formado pelas tradings Louis Dreyfus Commodities (LDC) e Cargill, levou o terminal de grãos na área de Ponta da Praia, por R\$ 303 milhões. A área em Macuco, destinada a um terminal de celulose, foi arrematada pela Fibria Celulose com lance de R\$ 115,047 milhões. E a área em Paquetá, o segundo terminal de celulose, foi arrendada pela Marimex por R\$ 12,5 milhões.

Já a área em Vila do Conde (PA) foi excluída do leilão na véspera, por falta de interessados, e será inserida na segunda fase do Bloco I, prevista para o início de 2016, em conjunto com outras áreas localizadas nos portos do Pará.

Mentes inovadoras estão no radar do setor – Valor Econômico. 21/12/2015.

No Brasil, o agronegócio concorre com outras áreas para atrair as melhores cabeças saídas das universidades. Hoje, os produtores estão em busca de novas tecnologias.

Fernando Galletti: A globalização está deixando mais evidente as vantagens competitivas de cada país. Cada vez mais estamos vendo qual é e onde deve estar nosso foco. Temos setores com potencial muito grande. Temos clima, temos água, temos espaço. Mas tem uma coisa muito diferente que aconteceu no agronegócio brasileiro. Na Europa e Estados Unidos, o agronegócio não atrai novos talentos. Pela intervenção do Estado nesses países, o agronegócio passou a ser um setor secundário para atrair novas ideias. No Brasil, o agronegócio concorre com outros setores pelas melhores cabeças

saindo das universidades. Concorre com setores de serviços para trazer novas tecnologias. Não tem produtor que não pense em diversificação. Hoje temos integração de pecuária com lavoura, produtores que usam os seus meios de produção focados naquilo que é mais eficiente. O fato de o Estado não estar no primeiro elo permitiu que os produtores desenvolvessem suas próprias tecnologias e avançassem naquilo que era realmente competitivo. Muito tempo atrás eu perguntei para o ex-ministro Pratini de Moraes como a gente poderia concorrer com esses países que têm altos subsídios e ele falou: "Primeiro, nós não temos dinheiro para subsidiar. E não subsidiar vai permitir que vocês desenvolvam seus potenciais". Nós temos esse potencial e, mais que isso, nós estamos trazendo esses novos talentos para o setor. Com isso, o gap entre o Brasil e especialmente os países do Hemisfério Norte vem aumentando. Nossa competitividade vem aumentando, nosso poder negocial vem aumentando.

David Barioni: Subsídio de competência.

Fernando Galletti: Mais do que nunca é o momento de sermos realmente agressivos na forma de negociar, porque somos cada vez mais necessários para esses países. A Rússia é um grande exemplo, a China é outro grande exemplo. A China tem um problema sério de água. Essa vantagem nós temos, por isso a força que temos no Oriente Médio. Nossa pauta deve cada vez mais integrar a cadeia dentro do Brasil - produção e agroindústria -, visando não só o mercado interno, mas dando um foco no que podemos fazer fora. Essa é a nossa realidade hoje e onde a gente deixa a nossa marca é realmente no agronegócio. Falta até um pouco de divulgação sobre o quanto estamos conseguindo evoluir. O número de aplicativos desenvolvidos nas universidades brasileiras de veterinária e de agronomia é enorme. O Brasil está começando a exportar aplicativos para agricultura de alta tecnologia. Temos um centro de excelência, que é a Embrapa. A associação das empresas com universidades é outro grande instrumento de incentivar e direcionar.

Empresa iniciante deve buscar perfil exportador – Valor Econômico. 21/12/2015.

Desafio do agronegócio, da indústria e do setor de serviços é fazer com que as novas empresas que apareçam no Brasil tenham uma firme disposição de exportar. A força exportadora cria uma competição entre as empresas dentro do próprio país, o que ajuda a estimular a inovação, a olhar mais para o cliente, a não se acomodar. E também a buscar novos mercados. É preciso estabelecer prioridades, viajar para o exterior, criar relações pessoais com os interessados nos produtos brasileiros, sempre na busca de novos negócios.

David Barioni: Nosso desafio é [fazer com] que cada novo business plan de qualquer empresa que nasça no Brasil tenha um capítulo de exportação. Os 32 países do Plano Nacional de Exportação significam 14 PIBs brasileiros. Isso vale para o agro, para a indústria e para os serviços. O benchmarking a ser seguido é o do agronegócio, não tenho a menor dúvida. Temos que usá-lo para a indústria e para os serviços.

Tatiana Palermo: Exportar é saber competir melhor dentro do Brasil, porque os produtos estrangeiros entram de qualquer forma, por maior proteção que dermos aos nossos empresários. E mais: a concorrência estimula a inovação, estimula olhar mais o cliente, não estar acomodado. Precisamos nos abrir aos outros mercados em termos de acordos comerciais e de negociações sanitárias e fitossanitárias.

David Barioni: É impressionante a eficiência e a rapidez com que o Mapa está rompendo as barreiras fitossanitárias mundo afora.

Tatiana Palermo: Muitas vezes a barreira tarifária é aliada a uma barreira sanitária. Nós fizemos uma força-tarefa, colocamos as prioridades e estamos trabalhando no limite das nossas forças. Claro que tudo que é exportação nos interessa, porém temos que estabelecer prioridades e ir atrás. Muitas vezes é importante ir lá, deslocar-se até o país, criar uma relação pessoal e abrir novas frentes de negociação. E nós reformamos o ministério por dentro, isso passa confiança. A minha secretaria hoje é 100% eletrônica. Qualquer demanda pode ser enviada através do endereço de e-mail sri@agricultura.gov.br e ela tramita eletronicamente, de forma muito mais ágil.

Complexidade tributária impede avanços – Valor Econômico. 21/12/2015.

Chave para o desenvolvimento, tanto do agronegócio como do Brasil como um todo, é destravar o sistema tributário.

Fernando Galletti: O principal desafio que nós temos não é nem a parte logística, é a questão tributária. O Brasil tem uma complexidade tributária que impede a evolução da competitividade. Pelo sistema tributário e pela guerra fiscal entre os Estados, temos movimentações extremamente ineficientes, simplesmente porque o tributário distorce o que seria a logística mais eficiente. Você tem a ideia de fazer um porto ou investir numa forma de logística num local e do dia para a noite o Estado A discute com o Estado B e todo aquele seu investimento passa a valer nada. A guerra fiscal entre os Estados distorceu toda a lógica da eficiência. A chave para o desenvolvimento, tanto do agronegócio como do Brasil como um todo, é destravar o sistema tributário.

Eduardo Riedel: Outro grande gargalo é o de infraestrutura e logística, que consome boa parte da eficiência gerada em certos elos da cadeia. Nós perdemos praticamente dez anos numa discussão que não fazia muito sentido em relação a portos, estradas, ferrovias. Isso está custando muito caro ao Brasil. A situação tem melhorado, mas a gente perdeu muito tempo na discussão. O tributário nem se fala, nem começou a ser visto. O Brasil também passou por uma mudança de percepção em relação ao setor. Não é mais aquele país das décadas de 1950 e 1960, em que comer galinha era só no domingo. O Brasil se tornou grande no setor. A imprensa hoje fala sobre o setor não na visão só bucólica, mas numa visão econômica e política. Tudo isso deu uma percepção à sociedade brasileira de que o setor mudou, tem voz, tem piso político, econômico e social.

Juiz aprova saída do Frigol da recuperação judicial. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 21/12/2015.

O juiz da 2ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista (SP), Mario Ramos dos Santos, aceitou na semana passada o pedido feito pelo frigorífico Frigol para deixar o processo de recuperação judicial. Em sua decisão, o juiz entendeu que a companhia está cumprindo o plano de recuperação e, portanto, poderá voltar a operar sem as amarras de uma recuperanda.

Sediado em Lençóis Paulista, no interior do Estado de São Paulo, o Frigol pediu recuperação judicial em 2010 em meio a dificuldades decorrentes da baixa oferta de bois, escassez de crédito e fraca demanda externa por carne bovina.

Em entrevista concedida ao Valor no fim do ano passado, o vice-presidente do Frigol, Luciano Pascon, já havia anunciado a intenção de sair da recuperação. "A administração está discutindo a possibilidade de pedir o levantamento da recuperação agora em 2015", afirmou na ocasião, explicando que a medida reabriria o mercado de crédito para o Frigol.

A intenção da empresa de sair da recuperação judicial também coincide com a melhora operacional. Em 2014, o Frigol faturou mais de R\$ 1 bilhão pela primeira vez. Mas no primeiro semestre deste ano, o frigorífico enfrentou muitas dificuldades devido à fraca demanda e aos preços elevados do boi gordo, o que adiou o pedido para deixar a recuperação. Nesse período, a empresa chegou a ser sondada por investidores chineses interessados em investir em frigoríficos brasileiros, conforme o Valor já informou.

Ao longo de 2015, mais de 40 unidades frigoríficas foram paralisadas no Brasil, em um intenso processo de ajuste que adequou o parque industrial brasileiro à oferta de gado bovino disponível. Com isso, as margens dos frigoríficos, assim como as do Frigol, também se recuperaram.

Na semana retrasada, o Frigol também recebeu uma boa notícia: a habilitação de um de seus frigoríficos para exportar carne bovina para a China. Atualmente, o Frigol tem três frigoríficos de bovinos - dois no Pará e um em Lençóis Paulista-, e uma unidade de suínos também em Lençóis.

Apesar de sair da recuperação judicial, o Frigol ainda tem dívidas a pagar nos termos do plano de recuperação. No fim de 2014, as dívidas da empresa com os bancos somavam R\$ 52 milhões. O plano de recuperação prevê o pagamento desse passivo até 2025. Por outro lado, a expectativa da companhia era quitar os passivos com pecuaristas neste ano. Procurado, o Frigol não quis comentar. No processo de recuperação, o Frigol foi representado pelo escritório Mandel Advocacia.

Universidade gaúcha compra alimentos da agricultura familiar. Site do MDS, Publicado em 22/12/2015

Frutas, verduras, carne suína e de frango irão compor a refeição em seis restaurantes da UFRGS, que está com três chamadas públicas abertas

Brasília – A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) está realizando a sua primeira compra de alimentos da agricultura familiar por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os produtos vão compor as 11 mil refeições diárias servidas nos seis restaurantes universitários em Porto Alegre. Estão abertas três chamadas públicas até o dia 5 de janeiro. No total, a instituição de ensino vai investir cerca de R\$ 4,6 milhões para adquirir 400 toneladas em carne suína e de frango, hortaliças, frutas e verduras, até o início de 2017. As aquisições contemplam decreto assinado em junho pela presidenta Dilma Rousseff – e que entra em vigor no dia 1º de janeiro – que determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações. Podem participar

organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O processo conta com a cooperação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo do Rio Grande do Sul (SDR), que apoia a elaboração das chamadas públicas e atua na articulação dos fornecedores. O diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), André Grossi Machado, explica que a ação fortalece a economia local. “Estamos juntando as pontas que são beneficiadas com a Compra Institucional. De um lado, os agricultores têm mais um mercado aberto. Do outro, quem adquire os produtos, consome alimentos mais frescos e de melhor qualidade.” PAA Compra Institucional - Criada em 2012, a modalidade abriu uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores familiares de todo o país ao permitir que municípios, estados, Distrito Federal e órgãos federais comprem, com recursos próprios, produtos para atender as demandas de forma simplificada, segura e transparente, por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação. Além da UFGRS, as universidades federais de Viçosa (UFV), do Paraná (UFPR) e de Santa Maria (UFSM), além da Fundação de Apoio Universitário da Universidade Federal de Pelotas (RS), já aderiram à modalidade.

Estados inadimplentes poderão receber verba para defesa agropecuária – MAPA. 22/12/2015.

Planalto publicou decreto que inclui atividade entre ações voltadas à proteção da saúde.

Os estados e o Distrito Federal poderão receber recursos para defesa agropecuária mesmo se estiverem inadimplentes com a União. A mudança, comemorada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), foi possível graças a um decreto da presidenta Dilma Rousseff, publicado nesta terça-feira (22), que inclui as atividades de vigilância, inspeção e fiscalização vegetal e animal como ações sociais voltadas à proteção da saúde e da segurança alimentar.

Desde o primeiro semestre, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) vem procurando, juntamente com a Casa Civil e com o Ministério da Fazenda, uma solução para viabilizar o repasse a estados impedidos de receber a verba por estarem inadimplentes. O investimento na defesa agropecuária é uma condição para garantir a saúde dos consumidores e a inocuidade dos alimentos. Por isso, tem sido tratado como prioridade pela atual gestão.

Com o Decreto 8.613, publicado no Diário Oficial da União, as pendências financeiras de estados, municípios e do DF no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) não impedem mais o repasse de recursos federais para defesa agropecuária. O dispositivo modifica o decreto que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Em 2015, o Mapa pôde enviar verba para custeio e investimento em defesa agropecuária a nove estados que estavam inadimplentes, num total de R\$ 30,5 milhões. Com a nova regra, os repasses serão maiores e mais sucessivos, afirmou a ministra.

“Com a medida, o Mapa poderá trabalhar com repasses mais contínuos, diminuindo muito os riscos de interrupção das ações de defesa agropecuária, tema que é a prioridade um do ministério. À medida que os estados gastarem os recursos, enviaremos mais”, comemorou a ministra.

Garantia de sanidade

O Mapa atua em várias frentes para assegurar a sanidade dos produtos agropecuários brasileiros. Em maio, a ministra lançou o Plano de Defesa Agropecuária com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio, garantindo a preservação da vida e da saúde, segurança alimentar e acesso a mercados.

A fim de cumprir as metas do plano, a pasta trabalha para tornar 100% do país livre da febre aftosa e para que mais 14 estados consigam o status de zonas livre de peste suína clássica. O Mapa vai pleitear esses reconhecimentos junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em maio de 2016.

Além disso, o ministério lançou em novembro o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária na Faixa de Fronteira, que prevê R\$ 125 milhões em cinco anos para o fortalecimento de ações sanitárias e fitossanitárias nos 15,7 mil quilômetros de fronteira brasileira.

Seca ameaça oferta de cacau na Bahia. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 23/12/2015.

A escassez de chuvas na região Nordeste tem afetado a produção de cacau no sul da Bahia e ameaça matar muitas árvores, o que poderá ter efeitos negativos de longo prazo para a produção local.

A quebra de produção na safra principal, que está em fase de colheita, deve fazer com que as indústrias recebam da Bahia cerca de 145 mil toneladas de cacau até o fim do ano, frustrando a expectativa inicial de 160 mil toneladas, segundo Walter Tegani, secretário-executivo da associação.

Pedro Spinola, produtor de Ilhéus, prevê uma quebra de 30% na colheita atual, a 3,4 mil toneladas. Ele evita fazer projeções para a safra temporã, que começa em abril, mas afirma que a produção está "totalmente comprometida".

Seu maior temor é com as árvores que já secaram. "Essa seca pode comprometer a produção de cacau no país nos próximos anos".

Para minimizar os efeitos da estiagem, produtores da região e a Associação das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) contrataram, por cerca de R\$ 200 mil, uma empresa de nucleação de nuvens. A técnica consiste em bombear água em nuvens já formadas, mas insuficientes para provocar chuvas. As incursões têm ocorrido desde o dia 14 em uma área de 11,5 mil hectares e já provocaram chuvas leves.

Porém, a medida não deve reverter todo o prejuízo. "Dá apenas para minimizar os impactos. A produção do cacaueiro totalmente seco pode ter uma recuperação na safra principal", disse Tegani.

Chuvas irregulares atrasam o plantio de soja no "Matopiba". Mariana Caetano - Valor Econômico. 23/12/2015

As chuvas irregulares, que dificultaram o plantio da safra 2015/16 de soja em Mato Grosso, também atrasam os trabalhos no "Matopiba", confluência entre os Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Nessa fronteira, a baixa umidade já provocou replantios e a migração de áreas da oleaginosa para o milho. Mas nem tudo está perdido: precipitações entre o fim de dezembro e janeiro, se confirmadas, ainda podem sustentar a produtividade da soja.

A falta de uniformidade no regime de chuvas no Centro-Oeste e no "Matopiba" é atribuído ao El Niño, que este ano está se manifestando com forte intensidade. No Sul, o fenômeno causa excesso de umidade.

"Chuvas [nas próximas semanas] serão decisivas para tirar o atraso do plantio e manter um bom nível de produtividade", afirmou José Américo Vasconcelos, diretor de Políticas para Agricultura e Agronegócio da Secretaria da Agricultura de Tocantins. A região que mais tem sofrido no Estado é a sul, onde o plantio foi feito em 75% da área prevista, mas já deveria ter terminado. Já houve replantios em 3% a 5% da área total.

Conforme Vasconcelos, previa-se um aumento na área destinada à soja em Tocantins em 2015/16, mas a tendência agora é de estabilidade em relação à safra passada, quando foram semeados 850 mil hectares. A Conab ainda projeta avanços de 7% da área e da produção no Estado. Segundo a autarquia, a colheita chegará a 2,65 milhões de toneladas.

No Maranhão, os avanços previstos pela Conab são de 2,2% para área e 2,9% para colheita, a 765,7 mil hectares e 2,13 milhões de toneladas, respectivamente. Em Balsas, importante polo de soja no Estado, o plantio também já deveria estar encerrado, mas está na casa dos 60%.

De acordo com Isaias Soldatelli, vice-presidente do sindicato rural de Balsas e presidente da Aprosoja (MA), parte dos agricultores preferiu não arriscar o plantio de soja e partir para a semeadura do milho de verão. "A quebra existe e o prejuízo é real, mas as perdas serão minimizadas se chover bem daqui para frente". A questão, ressaltou, é que o teto produtivo da oleaginosa vai diminuído conforme o tempo passa. "No ano passado, nossa média foi de 46 sacas por hectare porque também tivemos problemas de estiagem. Mas o nosso normal é 50 sacas", disse ele.

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) mantém o otimismo com o rendimento da soja no oeste do Estado, onde se concentra a produção da commodity. "Há chuvas previstas para a primeira quinzena de janeiro e a coisa pode não ser tão catastrófica quanto se apresentava", afirmou Luiz Stahlke, assessor de agronegócio da Aiba.

Entretanto, a associação não descarta revisões, caso as chuvas não caiam. Por enquanto, a Aiba prevê que a safra 2015/16 de soja na região avançará 25% sobre 2014/15, a 5,21 milhões de toneladas. A Conab estima 4,66 milhões. Em torno de 90% da área de soja baiana está plantada.

No Piauí, a expectativa da Conab é de produção de 2,04 milhão de toneladas, alta de 11,3% ante o ciclo passado. Mas Altair Fianco, produtor do município de Uruçuí, acha difícil que o desempenho seja tão animador. Segundo ele, desde 24 de novembro não ocorrem chuvas significativas. O Estado está com apenas 30% da área de soja plantada e, de acordo com ele, que também é ligado à Aprosoja local, está havendo replantio. As altas temperaturas são motivo adicional de preocupação.

Preço médio do leite ao produtor tem ligeira alta em dezembro. Alda do Amaral Rocha – **Valor Econômico. 28/12/2015.**

SÃO PAULO - O início da entressafra de leite nos Estado do Sul do país fez as cotações ao produtor nacional registrarem leve alta em dezembro, de acordo com a Scot Consultoria. A seca no Nordeste, que afeta a produção local de leite, também contribuiu para o aumento.

Em dezembro, os produtores brasileiros receberam, em média, R\$ 0,960 por litro de leite entregue em novembro — ligeira alta de 0,15% sobre o pagamento anterior.

Rafael Ribeiro, analista da Scot Consultoria, acrescenta que além da entressafra, o excesso de chuvas também reduziu a oferta da matéria-prima na região Sul do país. No Paraná, por exemplo, a valorização foi de 1%.

Na região Nordeste foi a falta de precipitação que fez a produção de leite diminuir. Com a seca, a alimentação do rebanho está sendo prejudicada, já que as pastagens são afetadas. Na Bahia, o preço médio subiu 3,3%. “Há pecuaristas vendendo gado leiteiro, reduzindo a produção”, afirmou Ribeiro.

Embora a demanda por leite fluido continue desaquecida, Ribeiro observou que houve maior procura por produtos como manteiga, creme de leite e leite condensado neste mês, reflexo do período de festas de fim de ano.

O levantamento da Scot mostra que os preços do leite longa vida seguiram pressionadas este mês. No atacado paulista, a cotação caiu de R\$ 2,10 por litro em novembro para R\$ 2,08 em dezembro. No varejo paulista, recuou de R\$ 2,86 para R\$ 2,81 na mesma comparação.

Depois da alta deste mês, a expectativa é de manutenção a ligeira queda nos preços pagos aos produtores em janeiro, de acordo com o analista. A pesquisa da Scot — com mais de 100 laticínios e cooperativas do país — indica que 76% esperam manutenção dos preços, 7%, alta e 17%, queda.

A produção crescente de leite no Sudeste — cujo pico ocorre entre janeiro e fevereiro — explica a expectativa para o período.

Plano de armazenagem da Conab encolhe. Cristiano Zaia – **Valor Econômico. 21/12/2015.**

Após um atraso de dois anos e meio, o plano de modernização e ampliação da rede de armazenagem da Conab finalmente sairá do papel entre abril e maio do próximo ano,

garantiu o novo presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Lineu Olímpio de Souza.

Mas Souza, que está à frente do cargo há um mês e é ligado ao PTB, revelou em entrevista ao Valor que o orçamento para o plano diminuiu. Era de R\$ 500 milhões, quando foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff, e caiu para R\$ 460 milhões atualmente, em decorrência do contingenciamento de recursos pelo governo. O número de novos armazéns a serem construídos também pode ser menor que os 10 inicialmente anunciados e ficar entre sete ou oito, admitiu. O plano prevê ainda a reforma ou ampliação de outros 80 armazéns da rede da Conab.

O primeiro novo armazém deve começar a ser construído no município de Xanxerê (SC), de acordo com Souza. Nessa primeira fase, 47 armazéns e silos serão reformados.

O programa de modernização e ampliação da rede de armazenagem correu o risco de ser engavetado pelo Ministério da Agricultura, após uma série de dificuldades operacionais com a contratação de empresas para desenhar os projetos de engenharia, num cenário de ajuste fiscal nas contas do governo. "De fato, houve atrasos e o programa sofreu com contingenciamentos de recursos e hoje está orçado em R\$ 460 milhões", disse Lineu, que é engenheiro civil e ocupou a diretoria financeira da Conab nos últimos dois anos antes de assumir a presidência.

O novo dirigente da Conab disse que o Banco do Brasil, responsável por contratar as empresas para tocar os projetos e erguer os armazéns, teve dificuldades com as licitações. Segundo ele, o banco tentou obter preços mais baixos para os projetos e as obras, mas algumas empresas concorrentes contestaram o processo e houve grande "burocracia".

Conforme o cronograma inicial, as obras deveriam ser contratadas entre outubro do ano passado e abril deste ano, mas por enquanto houve licitação apenas para as empresas que vão desenvolver os projetos executivos. O BB, porém, sempre negou atrasos no programa.

"Fizemos uma readequação do cronograma geral do programa. As obras de reforma estão com previsão para terminar em 2017 e as de ampliação ficarão para 2018", informou Souza. "Agora a coisa andou, praticamente todos os estudos de viabilidade técnica já foram entregues", afirmou.

O novo presidente da Conab admitiu, ainda, que algumas regiões escolhidas, num primeiro momento, para receber esses armazéns podem ficar de fora da nova fase do programa por já terem recebido investimentos privados em armazenagem nesse período em que o programa ficou travado.

A respeito do cenário de aperto por que passa o governo federal, Souza disse que a Conab teve cortes orçamentários de R\$ 92 milhões em suas ações de investimento e custeio em 2015. Mas ele acredita que o orçamento geral da empresa neste ano, em torno de R\$ 3 bilhões, será mantido em 2016, e que o montante é suficiente para executar a política de intervenção de preços e os programas de apoio à comercialização agrícola, de responsabilidade da Conab.

O presidente da Conab também não descartou a possibilidade de abrir mão de parte do patrimônio da companhia para alavancar recursos. De acordo com ele, há uma proposta

interna de vender 36 imóveis, incluindo de nove a 12 armazéns considerados obsoletos e sem função.

Lineu Olímpio de Souza se tornou presidente da Conab indicado pelo deputado goiano Jovair Arantes, líder do PTB na Câmara. O partido é da base aliada do governo no Congresso e tem mantido influência política sobre a Conab nos últimos anos. Souza foi prefeito do município de Jaraguá (GO) por oito anos, entre 2004 e 2012.

Sobre as críticas do setor do agronegócio de que a Conab seria "aparelhada politicamente", acomodando indicados políticos de PT, PMDB e do próprio PTB, Souza defendeu um novo estatuto, que obrigue mandato de três anos para o presidente e toda a diretoria da empresa.

Fiscais resgataram quase mil de trabalho escravo em 2015. Julia Affonso – Jornal O Estado de São Paulo. 28/12/2015

Operações do Ministério do Trabalho tiraram de situação caótica e desumana jovens com baixa escolaridade

As operações de combate ao trabalho escravo no Brasil resgataram 936 pessoas de condições análogas à escravidão no período de janeiro a 17 de dezembro de 2015. O principal perfil das vítimas é o de jovens do sexo masculino, com baixa escolaridade e que tenham migrado internamente no país.

As informações foram divulgadas nesta segunda-feira, 28, pela Assessoria de Imprensa do Ministério do Trabalho.

Os fiscais do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTEs) realizaram, no período, 125 operações. Foram fiscalizados 229 estabelecimentos das áreas rural e urbana, alcançando 6826 trabalhadores.

Além do resgate de trabalho escravo, a ação resultou na formalização de 748 contratos de trabalho, com pagamento de R\$ 2,624 milhões em indenização para os trabalhadores.

Foram ainda emitidas 634 Guias de Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado (GSDTR), benefício que consiste no pagamento de três parcelas, no valor de um salário mínimo cada, para que as pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão possam recomeçar suas vidas profissionais. Houve também a emissão de 160 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para as vítimas.

A Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) realizou uma análise sobre o perfil das vítimas resgatadas, com dados parciais coletados até o início de dezembro, a partir da emissão do Seguro-desemprego.

O estudo mostra que 74% das vítimas não vivem no município em que nasceram e que 40% trabalham fora do Estado de origem. A maioria das vítimas é da Bahia, com 140 resgates, o que corresponde a 20,41% do total. Do Maranhão, foram localizadas 131 vítimas, ou 19,10%, e de Minas Gerais, 77 resgates, respondendo por 11,22% do total.

A análise aponta também que, entre os trabalhadores resgatados que estão recebendo Seguro Desemprego, 621 são homens e a maioria tem entre 15 e 39 anos (489 vítimas).

A maior parte das vítimas que ganham até 1,5 salário mínimo (304), e a maior parte dos trabalhadores resgatados, 376 do total, são analfabetos ou concluíram no máximo até o 5.º ano do ensino fundamental.

De acordo com o chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, André Esposito Roston, entre os trabalhadores alcançados em 2015 pelo Grupo Móvel e pelos auditores, o equivalente a 14% foram considerados em condições análogas às de escravo.

Doze trabalhadores encontrados tinham idade inferior aos 16 anos, enquanto 24 estavam com idade entre 16 e 18 anos. “Este dado é preocupante, pois evidencia que trabalhadores com idade inferior aos 18 anos, eram mantidos em atividades onde, em regra, eles não poderiam trabalhar, seja pela intensidade, natureza ou mesmo por integrar a lista das piores formas de trabalho infantil”, adverte.

André Roston alerta também para os riscos a que estão expostos os trabalhadores migrantes e a relação com tráfico de seres humanos. “Do total de trabalhadores alcançados, 58 eram estrangeiros, o que reforça a já constatada transversalidade entre trabalho escravo e o aliciamento de pessoas, que alcança não só a questão da migração internacional, mas também entre regiões do Brasil”, destaca.

Outro dado que chama a atenção dos fiscais é a quantidade de trabalhadores resgatados em áreas urbanas. Nas cinco ações fiscais que encontraram a maior quantidade de trabalhadores em condições análogas às de escravo três foram de caráter urbano.

Ativista é morto após pedir proteção federal. Jamil Chade – Jornal O Estado de São Paulo. 29/12/2015

ONGs internacionais denunciaram governo, que negou escolta a líder comunitário; ele sofria ameaças por conflitos de terra no MA

O líder comunitário Antônio Isídio Pereira da Silva, encontrado morto no Maranhão no dia 24, teve seu pedido de proteção recusado há um ano pela Secretaria de Direitos Humanos. Documentos obtidos pelo **Estado** revelam que sua inclusão no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, mantido pelo governo federal, foi rejeitado sob a alegação de que as ameaças sofridas diziam respeito a uma “disputa familiar”.

Entidades estrangeiras como a Anistia Internacional e a ONG suíça Cooperaxion haviam feito o pedido de proteção ao líder comunitário, conhecido como Leis, mas, em carta de 20 de novembro de 2014 para a Comissão Pastoral da Terra do Maranhão, o governo explicou que estava arquivando o caso.

Na quinta-feira da semana passada, Silva foi encontrado morto no povoado de Vergel, na cidade de Codó, no Maranhão – local de um intenso conflito por terras. Segundo as ONGs, ele combatia a extração ilegal de madeiras na região e vinha sendo ameaçado havia meses. Segundo o boletim de ocorrência, seu corpo foi encontrado já em estado avançado de decomposição e com marcas roxas no pescoço. As organizações cobram a investigação do crime.

“O assassinato de Antônio Isídio é revoltante. Foi uma tragédia anunciada. Nos últimos três anos denunciemos diversas vezes as ameaças sofridas por ele e a violência decorrente de conflitos agrários. E as autoridades – em todos os níveis – não tomaram nenhuma medida para garantir a segurança dessas pessoas. O preço da inação do Estado, como em tantos outros casos, foi a morte anunciada de Antônio Isídio”, afirmou Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil.

Líderes religiosos locais apontaram que ele havia sido alvo de ameaças nas últimas semanas e que havia procurado a paróquia de Codó para alertar sobre a situação. O centro da disputa é uma área de 2 mil hectares que foi alvo de grilagem e passou a ser vendida de forma ilegal. A região passou a ser controlada por posseiros, madeireiros e pistoleiros.

Em 2013, a Anistia Internacional lançou um apelo público, alertando para o risco que Leis corria. Mas, na carta no fim de 2014, o governo explica que arquivava o caso “considerando a não identificação donexo de causalidade entre a atuação na promoção e defesa de direitos humanos e as ameaças relatadas”.

As autoridades receberam um e-mail do promotor Haroldo Paiva de Brito, que teria ido até Vergel “investigar a situação de ameaça”. Segundo a carta, ele “não percebeu animosidade latente entre os envolvidos” e chegou a ofertar “ao requerente o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)”.

Saída. Segundo o advogado Diogo Cabral, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, o Provita foi acionado em setembro de 2015 pela Comissão Pastoral da Terra e fez uma entrevista com Leis, mas o líder não aceitou ingressar no programa pois teria de sair da região.

“Vários fatos, que são públicos, aconteceram na localidade, desde incêndio de capelas, destruição de roças e matança de animais de criação. O clima sempre foi de intensa tensão e impunidade”, disse Cabral. Para ele, o exame não foi completo. “O promotor esteve no local por um dia.”

O padre alemão Josef Wasensteiner, desde 1991 na região, foi um dos últimos a estar com Leis, no dia 19. “Ele veio me ver num sábado e me disse que, na segunda-feira, iria denunciar numa delegacia uma exploração ilegal de madeira”, contou ao **Estado**. No dia seguinte, ele desapareceu. “Não dá para entender como é que ele não foi protegido pelas autoridades”, disse.

Familiar. A Secretaria de Direitos Humanos negou qualquer tipo de omissão no atendimento ao líder e declarou em nota que “as ameaças que ele sofria diziam respeito a uma disputa familiar e não a um litígio provocado por uma liderança comunitária que ele pudesse exercer em prol da coletividade”.

“Essas informações foram repassadas pelo próprio Antônio Isídio à Equipe Técnica Federal do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, em 4 de março de 2013. Na ocasião, ele chegou a relatar que os parentes que o ameaçavam haviam queimado seu plantio em três momentos distintos”, afirmou a Secretaria.

Reajuste do mínimo deve ter impacto de R\$ 26,9 bi no custo da Previdência, aponta Dieese. André Ítalo Rocha – Jornal O Estado de São Paulo. 30/12/2015

Atualmente, 62% dos beneficiários recebem um salário mínimo, que será de R\$ 880 a partir de 1º de janeiro

Em meio à necessidade do governo de cortar gastos para implementar o ajuste fiscal, o aumento do salário mínimo anunciado ontem - de R\$ 788 para R\$ 880 - terá um impacto de R\$ 26,96 bilhões no custo anual da Previdência Social com a folha de beneficiários, aponta cálculo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O reajuste do salário mínimo tem como base a regra atual, que calcula o valor a partir da variação da inflação do ano anterior, e desempenho do PIB de dois anos antes

Para chegar a esse valor, a instituição estimou que R\$ 1 de elevação do salário mínimo resulta em expansão de R\$ 293 milhões ao ano nas despesas da Previdência. Atualmente, 62% dos beneficiários da Previdência recebem um salário mínimo. Por outro lado, o Dieese espera um aumento de R\$ 30,7 bilhões na arrecadação tributária, por meio da elevação do consumo, apesar da expectativa de recessão em 2016. A expectativa de incremento de renda na economia é de R\$ 57,042 bilhões. Hoje, 48,3 milhões de brasileiros têm remuneração equivalente a um salário mínimo.

Além disso, considerando o preço da cesta básica - avaliada em R\$ 412,15 pelo próprio Dieese -, o novo mínimo tem um maior poder de compra. Com R\$ 880, é possível comprar 2,14 cestas básicas, a maior capacidade já registrada desde 1979, quando a entidade começou a fazer esse tipo de levantamento. Com o valor anterior, era possível adquirir 2,03 cestas.

Dos 48,3 milhões de brasileiros que recebem o mínimo, 22,5 milhões são beneficiários do INSS, 13,4 milhões são empregados, 8,1 milhões trabalham por conta própria, 3,99 milhões são trabalhadores domésticos e apenas 169 são empregadores.

O reajuste, anunciado ontem pelo governo, é de 11,6%. Por lei, o cálculo de aumento do mínimo leva em conta a inflação do último ano, mais a taxa de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do penúltimo ano. Para o valor de 2016, que passa a valer a partir de 1º janeiro, foi considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cuja projeção do governo para o fechamento de 2015 é de 11,57% - no acumulado de janeiro a novembro está em 10,28%. O crescimento do PIB, que poderia proporcionar um ganho real (além da inflação) ao trabalhador, ficou em apenas 0,1% em 2014.

MP suspende prazo para cobrança de dívida de produtor rural no NE. Vandson Lima – Valor Econômico. 31/12/2015.

O governo federal editou a Medida Provisória 707 (MP 707), suspendendo, até 31 de dezembro de 2016, o encaminhamento das operações de crédito rural para inscrição em dívida ativa e para cobrança judicial. Trata-se de suspensão de prazos para cumprimento de obrigação, o que não configura perdão de dívidas.

De acordo com nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, "a persistente seca que atinge muitos municípios da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) desde 2011 tem dificultado a obtenção de renda da atividade agropecuária na região".

Assim, a Fazenda alega que editou a MP, "com o objetivo de permitir que os agricultores tenham tempo adicional para melhorar sua condição financeira, sem, contudo, terem suas dívidas enviadas para cobrança judicial ou inscritas na Dívida Ativa da União, o que dificultaria ainda mais a sua permanência na atividade".

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa